



1290003768

TCC/UNICAMP
Ar15a
1290003768/IE

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Monografia

**Uma avaliação quantitativa da Atividade Bancária Brasileira em um
contexto de transformações globais e locais**

Monografia desenvolvida como exigência do curso
de graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da
Profa. Dra. Carla Cristiane Lopes Côrte.

Leandro Ricardo Ferreira de Araujo

Campinas

2008

TCC/UNICAMP
Ar15a
1290003768/IE

CEDOC/IE/UNICAMP

Resumo

Profundas transformações no sistema financeiro internacional geraram o acirramento concorrencial e conseqüente processo de consolidação e internacionalização bancária nas economias centrais. Enquanto isso, o Brasil, que enfrentava crise bancária após estabilização inflacionária do Plano Real, adotou a desnacionalização como forma de conter a instabilidade no setor, induzindo o processo de consolidação no sistema financeiro nacional. O desempenho bancário é analisado através de indicadores de eficiência de empresas selecionadas, divididas em três grupos: estatais, privados nacionais e privados estrangeiros. Os indicadores dos bancos estatais refletem sua utilização no combate a crise; os bancos estrangeiros se adaptam ao mercado brasileiro e os bancos privados nacionais compõem o grupo com melhor gestão patrimonial. No entanto, nos últimos anos da série, os indicadores apontam a tendência de homogeneização da atuação bancária. O acirramento concorrencial proporcionou ganhos microeconômicos e a gestão das instituições são muito semelhantes.

Palavras-Chave: Sistema Financeiro, Desnacionalização, Indicadores de Eficiência, Consolidação Bancária, Fusões e Aquisições.

Abstract

Profound changes in the international financial system caused increasing competition and resulting in the consolidation and internationalization of the banking system at central economies. Meanwhile, Brazil, which went through a banking crisis after inflation rates were reduced as consequence of the Real Plan, adopted denationalization as a mean to stabilize the banking system, which led to the consolidation of the national financial system. The performance of a banking system is analyzed using efficiency indicators of selected companies, divided in three separate groups: State-owned, private domestic-owned and private foreign-owned. The indicators of state-owned banks reflect their use in the fight against the crisis; foreign-owned banks were able to adapt to Brazilian market specifics and domestic-owned banks form the group with the best asset management. However, in the last years, the indicators show a leveling tendency in the banking system. The increasing competitive environment was able to enhance microeconomic profits and equalize management in these financial institutions.

Keywords: Financial System, Denationalization, Efficiency Indicators, Banking Consolidation, Mergers & Acquisitions

Sumário

Introdução	05
1 Sistemas Financeiros Modernos: As transformações Globais	07
1.1 Evolução do Sistema Monetário Internacional: O movimento no sentido da desregulação dos mercados financeiros	07
1.2 Inovações e transformações do SFI	11
1.3 Consolidação Bancária: A concorrência no segmento bancário	16
2 Sistema Financeiro Brasileiro: O Acirramento da concorrência e a internacionalização	20
2.1 A Internacionalização e a Consolidação: O impacto sobre a gestão das firmas e sobre a oferta de crédito	20
Conclusão	45
Referências Bibliográficas	47
Apêndice	50

Índice de Tabela

Tabela 1 – Soma dos Valores das empresas-alvo em F&As domésticas no setor de Serviços Financeiros – 1985/97	17
Tabela 2 – Soma dos Valores das Empresas-Alvo em F&As Internacionais no Setor de Serviços Financeiros – 1985/97	18
Tabela 3 – Receita inflacionária dos bancos	21
Tabela 4 - Instituições singulares e carteiras de bancos múltiplos de mesmo tipo	25

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Concentração bancária, em % dos ativos	19
Gráfico 2 – Participação percentual dos 5, 10, 20 maiores bancos	26
Gráfico 3 – Participação percentual em ativos bancários	26
Gráfico 4 - Participação de bancos selecionados no total de ativos do sistema bancário brasileiro (1995 – 2006)	27
Gráfico 5 – Participação dos Títulos e Valores Mobiliários na composição do ativo – Empresas selecionadas	28
Gráfico 6 – Patrimônio Líquido de bancos selecionados (1995 – 2006)	29
Gráfico 7 – Capitalização – bancos selecionados (1995 – 2006)	30
Gráfico 8 – Lucro Líquido – bancos selecionados	30
Gráfico 9 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido – bancos selecionados	31
Gráfico 10 – Capital de Giro – Empresas selecionadas	32

Gráfico 11 - Retorno sobre o ativo – empresas selecionadas	32
Gráfico 12 – Margem Líquida – empresas selecionadas	33
Gráfico 13 – Margem Bruta – empresas selecionadas	34
Gráfico 14 – Margem Operacional – empresas selecionadas	34
Gráfico 15 – Liquidez Imediata – empresas selecionadas	35
Gráfico 16 – Dependência do Interbancário – empresas selecionadas	36
Gráfico 17 – Geração de Rendias – empresas selecionadas	36
Gráfico 18 – Custo da Intermediação – Empresas selecionadas	37
Gráfico 19 – Custo de Pessoal – Empresas selecionadas	37
Gráfico 20 – Custo Administrativo – Empresas selecionadas	38
Gráfico 21 – Custo Total – Empresas selecionadas	38
Gráfico 22 – Overhead ratio – Empresas selecionadas	39
Gráfico 23- Rentabilidade da Atividade Bancária – Empresas selecionadas	40
Gráfico 24 – Spread praticados – Empresas selecionadas	40
Gráfico 25 – Spread praticados – Grupos por origem de capital	41
Gráfico 26 – Grau de Alavancagem – Empresas selecionadas	42
Gráfico 27 – Crédito Disponibilizado pelo Sistema Bancário Brasileiro	43
Gráfico 28 – Ativo Total Deflacionado – Bancos selecionados, por origem de capital	50
Gráfico 29 – Patrimônio Líquido Deflacionado – Bancos selecionados, por origem de capital	50
Gráfico 30 – Lucro Líquido Deflacionado – Bancos selecionados, por origem de capital	51
Gráfico 31 – Receita de Prestação de Serviços Deflacionada – Bancos selecionados, por origem de capital	51
Gráfico 32 - Capitalização – Bancos selecionados, por origem de capital	52
Gráfico 33 - Imobilização – Bancos selecionados, por origem de capital	52
Gráfico 34 – Capital de Giro – Bancos selecionados, por origem de capital	53
Gráfico 35 – Dependência do Interbancário – Bancos selecionados, por origem de capital ...	53
Gráfico 36 – Liquidez Imediata – Bancos selecionados, por origem de capital	54
Gráfico 37 – Custo Intermediação – Bancos selecionados, por origem de capital	54
Gráfico 38 – Custo Pessoal – Bancos selecionados, por origem de capital	55
Gráfico 39 – Custo Administrativo – Bancos selecionados, por origem de capital	55
Gráfico 40 – Custo Total – Bancos selecionados, por origem de capital	56
Gráfico 41 – Overhead Ratio – Bancos selecionados, por origem de capital	56
Gráfico 42 – Geração de Renda – Bancos selecionados, por origem de capital	57
Gráfico 43 – Margem Bruta – Bancos selecionados, por origem de capital	57
Gráfico 44 – Margem Operacional – Bancos selecionados, por origem de capital	58
Gráfico 45 – Margem Líquida – Bancos selecionados, por origem de capital	58
Gráfico 46 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido – Bancos selecionados, por origem de capital	59
Gráfico 47 – Retorno Sobre o Ativo – Bancos selecionados, por origem de capital	59
Gráfico 48 - Spread – Bancos selecionados, por origem de capital	60

Introdução

A reorientação macro financeira do Estados Unidos no fim dos anos 70 provocou, desde então, profundas alterações no sistema financeiro internacional que mais tarde seriam determinantes na transformação da dinâmica bancária brasileira.

Na década de 1980 as economias centrais iniciaram o processo de desregulação e liberalização financeira com aumento significativo dos riscos cambiais, de juros e crédito. O desenvolvimento de inovações na oferta contínua de novos produtos responde à busca pela valorização de capital num ambiente econômico mais incerto.

A evolução tecnológica da informática e da comunicação nesse período viabilizou a securitização de ativos e negociação de complexos contratos de derivativos, que potencializados pela atuação crescente de investidores institucionais, desenvolveram o mercado de capitais das economias centrais onde a captação direta de recursos passou a substituir, em partes, à tradicional intermediação bancária via crédito.

Em reação a esse quadro, a atuação bancária tende a diversificar suas receitas na oferta de novos produtos e serviços, com decorrente aproximação da atuação entre os bancos comerciais e de investimento, assim, fusões e aquisições tornam-se uma importante estratégia de conquista de escala para ampliação de captação e melhora de eficiência. A regulação das autoridades monetárias mostrava-se cada vez menos eficaz no monitoramento das instituições financeiras, as inovações se apresentam como um grande desafio aos reguladores adota-se então, novo enfoque de regulação prudencial nas posições ativas das instituições, resultando nos Acordos de Basileia.

A desregulamentação progressiva do sistema financeiro e sua liberalização regulatória no início dos anos 90 estão em sintonia com a integração global do livre fluxo de bens e serviços da época; desta forma, o acirramento concorrencial no sistema financeiro americano e europeu eclode em um processo de consolidação bancária na constituição de conglomerados financeiros por meio de fusões e aquisições. Num primeiro momento, as instituições direcionaram a consolidação ao seu mercado de origem, para em seguida expandirem sua internacionalização.

Esse estágio de transformações internacionais encontra o Brasil com problemas em seu sistema financeiro, pois, com a implantação do Plano Real em 1994 e seu sucesso na estabilização de preços, importantes ganhos inflacionários deixaram de ser aferidos pelos bancos domésticos; além disso, políticas econômicas restritivas provocaram o aumento da inadimplência e conseqüente iliquidez de bancos de pequeno porte e varejistas com maior exposição ao risco de mercado.

Diante disso, o Banco Central lançou programas para o saneamento do sistema financeiro - o Proer para atender instituições privadas; Proes aos bancos públicos estaduais; e programas de capitalização dos bancos públicos federais. O Proer foi utilizado inicialmente como indutor da concentração nacional, mas logo se tornou instrumento de promoção da desnacionalização do setor bancário brasileiro, com ingresso de bancos internacionais em processo de consolidação internacional já citada e que encontraram baratas oportunidades de inserção num mercado promissor.

Dividido em dois capítulos, este trabalho analisa as conseqüências das transformações recentes no sistema financeiro nacional, o impacto dos ingressantes estrangeiros e o estudo sobre os eventuais ganhos de eficiência e redução de spreads alentados pelas autoridades monetárias à época.

O primeiro capítulo aborda a evolução do sistema financeiro internacional desde a adoção de Bretton Woods no pós guerra, as implicações ao Sistema Financeiro da gestão da moeda reserva internacional, e desenvolvimento das inovações financeiras a partir dos anos 80.

O segundo capítulo trata das transformações do sistema financeiro brasileiro, e analisa, através de indicadores de eficiência, o comportamento dos bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos privados estrangeiros.

Capítulo 1

Sistemas Financeiros Modernos: As transformações Globais

1.1 – Evolução do Sistema Monetário Internacional: O movimento no sentido da desregulamentação dos mercados financeiros

A instabilidade econômica dos anos 20 e 30 conduziram à radicalização do ambiente político europeu com intensificação das rivalidades nacionais e eclosão da II Guerra Mundial. Findo o conflito, a experiência desses eventos exigiu uma reordenação do Sistema Monetário Internacional (SMI) de modo a superar suas limitações apresentadas até então.

Sob a nova conjuntura geopolítica do pós-guerra, o fortalecimento da democracia e a reconstrução e crescimento econômico dos países europeus eram essenciais no combate à ameaça comunista. Devia-se estabelecer um ambiente econômico internacional que viabilizasse às políticas nacionais a promoção do desenvolvimento e progresso social; segundo Belluzzo (1995, p.12) “sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão”

Dessa forma, os debates ocorridos em Bretton Woods estabeleceram bases para um novo SMI, denominado com o nome da cidade sede dos encontros. Entre as medidas adotadas destacam-se: a adoção do câmbio fixo, na intenção de favorecer o comércio internacional, com mecanismos de ajustes das taxas que permitiria a correção de desequilíbrios profundos; adoção de controles de capitais com restrição especial ao movimento dos capitais de curto prazo, evitando assim pressões especulativas instabilizadoras; e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) que financiaria balanços de pagamentos deficitários enquanto eram corrigidos pelas autoridades nacionais.

Nesse novo modelo emprega-se o padrão ouro-dólar, onde a conversibilidade da moeda americana assume função de moeda reserva. Segundo Belluzzo (1995) Bretton Woods não se concretizou em um novo sistema monetário “internacionalista”, mas manifestou a

consolidação da hegemonia americana no mundo capitalista, pois possuía a função regulatória de liquidez e de prestador de última instância no SMI.

O programa de desenvolvimento econômico da Europa e Japão foi exitoso, suas empresas aproveitaram o acesso ao mercado dos Estados Unidos, que ao atuar como fonte de demanda efetiva, provocou a deterioração competitiva de suas empresas domésticas. No transcorrer dos anos 50 e 60 a balança comercial americana foi superavitária, no entanto, no início dos anos 70 a situação se inverteu com o déficit comercial representando uma participação crescente no saldo negativo do balanço de pagamentos. Como destaca Bastos (2005, *apud* MELLO NETO *et al*, 2006, p.16):

Os Estados Unidos, entretanto, cresceram menos que os países europeus e o Japão, tanto em renda *per capita* como em competitividade. As condições favoráveis fornecidas pelos Estados Unidos por conta da taxa de câmbio desvalorizada, do apoio econômico-financeiro, de acordos e favorecimentos comerciais, acabaram criando um ‘momentum’ nas economias européia e japonesa, que resultou em ganhos de competitividade *vis-à-vis* a economia americana – com reflexos diretos no balanço comercial e, por consequência, no balanço de transações correntes.

Os déficits comerciais agravaram os resultados da conta corrente americana, aumentando a emissão de moeda para cobrir o desequilíbrio no balanço de pagamentos de tal forma que a conversibilidade do dólar passou a ser questionada. Simultaneamente, a Guerra do Vietnã se intensificou e pressões inflacionárias exigiam uma ação do governo americano. A desvalorização do dólar era iminente, porém, segundo a estrutura do SMI, isso dependia de uma difícil concordância multilateral. Diante desse impasse, Richard Nixon, presidente americano, rompeu em 1971 com o padrão ouro-dólar ao não mais garantir a conversibilidade de sua moeda, e desvalorizou o dólar a partir de 1973 inaugurando o padrão dólar flexível (MELLO NETO *et al*, 2006, p.16)

Serrano (2002:248) sintetiza essa questão:

O verdadeiro privilégio dos Estados Unidos no padrão ouro-dólar era idêntico ao da Inglaterra no padrão ouro-libra, ou seja, o país não tem restrição global de balança de pagamentos e, além disso, sua autoridade monetária determina unilateralmente a taxa de juros mundial. Estava claro que os Estados Unidos não queriam perder esse privilégio.

Podemos chamar essa situação de “o dilema de Nixon”: o governo americano queria, ao mesmo tempo, desvalorizar o dólar e não comprometer o papel do dólar como moeda internacional. Os parceiros americanos recusaram a proposta dos Estados Unidos de um movimento coordenado de valorização das moedas dos outros países (que simultaneamente deveriam reduzir o preço oficial do ouro em suas respectivas moedas). Além disso, esses países insistiam em propostas de reforma que diminuiriam a importância do dólar na economia internacional (aumentando o papel do ouro e/ou dos Direitos Especiais de Saque).

A crise do sistema de Bretton Woods é acompanhada de progressivo processo de desregulação e liberalização do fluxo de capitais, inserindo novos fatores de instabilidade sistêmica ao Sistema Financeiro Internacional (SFI).

O preço do petróleo atingiu níveis até então inéditos, proporcionando grandes lucros aos países produtores e, através do euromercado (que possibilita empréstimos transnacionais denominados em outras moedas sem regulação) e demais praças *offshore*, os *petrodólares* foram convertidos em crédito (em especial por meio dos bancos americanos que já sofriam crescente concorrência doméstica dos fundos por depósitos) a economias em desenvolvimento que promoviam sua industrialização através do endividamento público.

Segundo Belluzzo (1995) “a internacionalização financeira surgida no final dos 60 expressou-se através da crescente supremacia da função de meio de financiamento e de pagamento do dólar em relação à sua função de *standard* universal”, no entanto, a coexistência dessas funções no dólar passou a ser questionada. Nos anos 70, as economias centrais apresentaram momentos de estagflação com elevados índices inflacionários pressionados pelas *commodities*; aumentaram-se os ataques especulativos; e a segunda crise do petróleo culminou o desafio à hegemonia do dólar.

A reação dos Estados Unidos foi unilateral e drástica; no final de 1979 elevou abruptamente suas taxas de juros a fim de manter a função de reserva de sua moeda nacional. Dessa forma, a economia doméstica americana foi preservada e não enfrentou efeitos recessivos, no entanto, inseriu dificuldades no fechamento do balanço de pagamentos dos demais países, em especial dos países periféricos tomadores de crédito bancário ao longo dos anos 70, a quem a dívida pública assume dimensões dramáticas, gerando seqüelas a suas economias ao longo da década de 80.

Assim, os Estados Unidos eliminou definitivamente qualquer resquício de Bretton Woods não mais assumindo o papel “de país capaz de amortecer as tensões – tanto inflacionárias quanto as recessivas – do sistema”, e por suprimir o “estado de convenções que sustentara a estabilidade relativa da era keynesiana” (Belluzzo, 1995). Como explica Carneiro (1999, p. 64):

A alternativa que se colocava cada vez com maior intensidade para os Estados Unidos ao longo dos anos 70, diante da moeda apreciada e de déficits recorrentes no balanço de transações correntes e no setor público, era a de uma desvalorização da moeda combinada com uma política fiscal contracionista. A aposta na elevação das taxas de juros e na crescente liberalização financeira viabilizou o financiamento para os déficits sem a necessidade de recorrer a ajustes intensos e muito rápidos. Em síntese, permitiu aos Estados Unidos a manutenção da autonomia da sua política econômica doméstica.

A reafirmação da hegemonia do dólar pode ser definida em termos das características da sua moeda. Pelo fato dos Estados Unidos serem a potência dominante em termos políticos e militares e possuírem os mercados financeiros mais amplos e profundos, a moeda americana constitui a principal reserva de valor da riqueza financeira global. Por essa razão, a desregulação e liberalização dos mercados financeiros nos países centrais, além de atrair fluxos de capitais crescentes para os Estados Unidos, se fazem acompanhar de uma crescente denominação, em dólar, das operações em outros países, tornando-o a principal moeda dos mercados financeiros globalizados.

Hierarquicamente, quanto mais forte a moeda menor é seu prêmio (juros), pois representa menor risco ao detentor de ativos denominados na moeda; daí que, por estabelecer a taxa de juros da moeda reserva, o Federal Reserve é determinante na definição das taxas de juros internacionais; acrescido a esse fator, com o câmbio flutuante e livre mobilidade de capitais, a autonomia das autoridades monetárias na definição de taxas de juros foi reduzida, pois, este fundamental instrumento da política monetária passou a ser utilizado na defesa do balanço de pagamentos dos abruptos fluxos de capitais de curto prazo, o que resulta em forte impacto na demanda efetiva da economia nacional e política fiscal.

Instalou-se um ambiente de grande incerteza nos mercados financeiros dos países centrais; a instabilidade nos preços, nas taxas de juros e câmbio elevava sobremaneira os riscos das aplicações. Surgem, assim, inovações financeiras que amadurecem ao longo desse

período e transformam profundamente o SFI que, conforme Carvalho (2000, p. 341), foi palco do “desenvolvimento de procedimentos eficazes para administrar esses riscos, socializar incertezas, diferenciar produtos para colocação junto a clientes com diferentes propensões a risco” através da criação dos mercados de derivativos e securitização e crescimento dos investidores internacionais.

Os títulos do tesouro americano são considerados os ativos mais seguros do SFI, por isso, apesar da baixa rentabilidade desses papéis, ganham destaque na composição de portfólios no sistema financeiro, com influência crescente dos investidores institucionais. Nos anos 80, os déficits gêmeos (fiscal e comercial) introduzem esses papéis no sistema financeiro sendo importantes no desenvolvimento do mercado de securitização e de liquidez das instituições bancárias americanas afetadas por créditos podres dos países periféricos. Os Estados Unidos criaram, assim, as condições para a reordenação do SFI de forma que a intermediação bancária perde espaços no circuito financeiro globalizado. (Belluzzo, 1995, p.16).

1.2 - Inovações e transformações do SFI

O SFI sofreu intensas transformações, fundando-se, desde a década de 1980, em novos princípios e inovações que multiplicaram as possibilidades de atuação dos agentes por meio da securitização e derivativos, aumentando drasticamente a participação de investidores institucionais no circuito financeiro que aprofunda sua globalização, e exige mudança da atuação bancária e regulatória do sistema.

Durante os anos 80, imerso em problemas de insolvência dos créditos cedidos no mercado doméstico e economias periféricas, o setor bancário americano enfrentava a desconfiança do público, acarretando crescentes custos de captação. Grandes empresas obtiveram sucesso na tomada de recursos no mercado de capitais a taxas inferiores das despendidas aos bancos, lançaram *commercial papers* em substituição ao crédito bancário de capital de giro; mesmo com o setor bancário sanado, a prática foi mantida e ampliada, o crédito às grandes corporações não seria mais recuperado.

O processo de securitização assume importância decisiva no contexto em função de se facilitar a desintermediação entre tomador e emprestador de recursos, proporcionando a redução de custos quando comparado ao tradicional crédito bancário, já que o custo da

operação de crédito - que inclui cadastro, avaliação e monitoração da carteira e risco de intermediação - não será contabilizado.

No entanto, segundo Carvalho (2000, p. 344), o mercado de capitais é restrito às instituições tomadoras de recursos capazes de tornar pública, transparente e confiável a sua contabilidade de modo que a análise bancária de crédito seja substituída pela avaliação constante do emprestador, ou empresas de *rating*; além disso, a emissão de papéis não deve ser esporádica, pois implicaria na iliquidez de seus títulos, limitando-se assim às grandes empresas. O emprestador, por sua vez, encara essa operação “em termos de carteira de ativos”, com destaque a atuação dos investidores institucionais.

Há dois tipos de securitização: a securitização primária com colocação direta de papéis dos tomadores junto aos emprestadores por meio do mercado de capitais; e a securitização secundária, mais complexa, onde ativos bancários (carteira de crédito junto a tomadores finais com contratos e riscos homogêneos) são “empacotados” em um único ativo adquirido por algum investidor.

Essa desintermediação financeira demanda que os bancos comerciais diversifiquem sua atuação, aproximando-se dos bancos de investimento na colocação de papéis e organização de linhas de crédito para os papéis de seus clientes. Modifica-se a atuação bancária que passa a sofrer com a concorrência por depósitos, no entanto, pode se valer da securitização secundária para transferir riscos de crédito e juros, intrínsecos a sua carteira, aumentando sua liquidez; a partir de 1988 a securitização passa a ser utilizada como um instrumento de adequação dos bancos aos coeficientes de capital exigidos pelo Acordo de Basileia assinado naquele ano.

A instabilidade cambial dos anos 80, aliado às incertezas crescentes daquela década, induziu a expansão dos derivativos transacionados em bolsa com contratos futuros e de opções, o desenvolvimento desse mercado ocorre paralelo à expansão da securitização, títulos privados ou de dívida pública tem sua aceitação potencializada por esse instrumento que decompõe riscos e os negocia separadamente, permitindo que os agentes assumam apenas os riscos que considerem capazes de administrar, vendendo os riscos restantes. Segundo Farhi (1999, p. 93):

A expansão dos mercados de derivativos financeiros abre a possibilidade de realização de operações de cobertura de riscos sobre a mais variada gama de ativos

para a maior parte dos agentes, reduzindo o impacto das incertezas geradas pela volatilidade dos principais indicadores financeiros. Mas, concomitantemente, esses mercados constituem o instrumento ideal para a especulação, ao permitir acesso, fácil e direto, aos mecanismos de alavancagem.

Da mesma forma que derivativos proporcionam mecanismos defensivos, na forma de *hedge*; permite amplo movimento especulativo caracterizado por um agente que se compromete com esses contratos apenas por se considerar melhor gestor de risco que os demais no mercado, o que insere sérias conseqüências no SFI. Mesmo os derivativos de hedge provocam um efeito catalisador nas crises, pois sua adoção não elimina os riscos do sistema, apenas os transfere a outros agentes, mantendo a individualização dos riscos assumidos e representa um risco sistêmico em momentos de instabilidade.

Essas inovações, securitização e derivativos, apresentaram tamanha expansão graças à intensa atuação de investidores institucionais que aumentaram significativamente seu patrimônio e participação nos sistemas financeiros.

A partir das reformas liberalizantes e de desregulação financeira, iniciadas por Estados Unidos e Reino Unido, houve um incremento e surgimento de Fundos de Pensão, e Fundos Mútuos de Investimento, com diferentes perfis de risco e atuação, com destaque aos de longo prazo e com a prática de hedge. Companhias de Seguro diversificam seus ativos de forma diferente conforme sua carteira de passivos: por sua previsibilidade, os seguros de vida concentram as aplicações em papéis de longo prazo; e os de “não vida” em ativos de curto prazo ou alta liquidez. (Carvalho, 2002, p. 15-16).

A organização de *pools* de investidores torna a alocação de recursos mais eficiente na gestão de riscos e retornos (mais voláteis) que compõe o portfólio, de forma a superar os ganhos dos depósitos bancários; nota-se então, uma mudança no caráter individual do aplicador que de poupador se torna investidor em ativos.

Os bancos comerciais viram erodir o sistema de intermediação financeira tradicional, as inovações exigiram transformações de sua estrutura patrimonial (redução dos depósitos na participação do Passivo bancário, e redução do crédito no Ativo) de forma a aproximarem sua atuação à dos bancos de investimento, a securitização e derivativos, além de ameaça, representaram novas oportunidades de ganhos, superiores aos da concessão de

crédito; bancos universais foram igualmente atingidos, pois, na globalização financeira, poucas instituições estavam suficientemente diversificadas para enfrentar concorrentes estrangeiros com inovações e operacionalidade mais avançadas (Carvalho, 2000, p. 352).

A incorporação de bancos de investimento (principalmente ingleses) por bancos europeus tornou-se um movimento estratégico e prioritário, dada a inviabilidade do desenvolvimento inicial de novas instituições. Internamente, esse processo se depara com a confrontante interpretação de riscos e atuação existente entre os bancos de investimento e comerciais, que tornam os primeiros mais voláteis que os segundos.

Para fazerem frente ao avanço dos bancos americanos, que se valiam de vantagens competitivas por terem acesso ao seu imenso mercado de capitais doméstico, os bancos europeus passaram a direcionar sua internacionalização ao mercado dos Estados Unidos, iniciando o processo de fusões e aquisições de conglomerados americanos e europeus.

Mais do que um processo de internacionalização, o SFI se integra de tal forma que há sensível redução da soberania nacional; segundo Carvalho (2000, p. 354), esse processo de globalização “implica um movimento adicional, de redução das diferenças de natureza legal e institucional”, com “equalização de condições de operação e, com isso, a tendência à unificação dos mercados”. Esse processo iniciou-se como resposta política às crises dos anos 70, que se julgou decorrerem da intervenção excessiva do Estado. Paralelamente, o avanço tecnológico em comunicações e informática viabilizou as transformações ocorridas, pois, além de reduzir os custos e aumentar a eficiência administrativa, seu desenvolvimento viabilizou a criação de novos produtos e mudanças operacionais profundas com a criação de complexos contratos e interligação das diferentes praças financeiras com comunicação em tempo real e “atuação simultânea em mercados geograficamente distantes”. No sistema financeiro, além de dinamizar transações antes impossíveis, a tecnologia se tornou um importante fator competitivo da atividade bancária e um grande desafio às autoridades reguladoras.

De acordo com Mendonça (2006, p. 38)

Um processo de reorganização do desenho do arcabouço de regras de comportamento e supervisão passou a ser constituído diante da percepção dos limites do aparato vigente - no sentido de garantir a estabilidade e solidez do sistema e proteger os depositantes através de restrições e limites na composição da carteira das instituições - aliada à leitura de que os agentes desse mercado, em sua busca por

lucros são incentivados a assumir riscos excessivos. Apesar da manutenção de alguns dos instrumentos e mecanismos então vigentes, a lógica central da regulação prudencial passou a repousar nos riscos das posições ativas das instituições. O embasamento de tal lógica seria que a ameaça às instituições financeiras e assim, no limite, ao sistema de pagamentos seriam os riscos assumidos nas aplicações dos bancos. A atenção da regulação deveria deixar de estar no perfil do passivo dos bancos e passar a incidir sobre suas aplicações ativas.

A partir do Acordo de Basileia de 1988 essa mudança regulatória se concretiza no aprimoramento das exigências de coeficientes mínimos de capital conforme as posições ativas de seus balanços ponderados por seus riscos. Ainda segundo a autora, “o foco da regulação e supervisão torna-se cada vez mais centrado na qualidade da gestão de risco e na adequação de sua medida. O resultado que se coloca é não só um sistema mais sensível ao risco, mas à leitura privada dos riscos”

Durante esse período, as autoridades reguladoras tendem a transferir às instituições bancárias as responsabilidades pelos riscos de sua estratégia, segundo Carvalho (2000, p. 357), à autoridade reguladora caberia a supervisão que garanta a “minimização dos riscos sistêmicos” enquanto que a operacionalidade e controle devem ser realizadas pelos agentes envolvidos (bancos e mercado).

Questiona-se a prudência dessa linha regulatória diante do risco sistêmico intrínseco ao setor e da instabilidade financeira abordada por Minsk, que conforme Deos (2002 ,p. 17):

(...) aspecto importante para o qual o autor chama a atenção diz respeito ao papel que vem sendo desempenhado, tradicionalmente, pelas autoridades monetárias. Estas vêm intervindo como emprestadoras de última instância do sistema financeiro, impedindo a deflação de preço dos ativos e o desenvolvimento de uma crise sistêmica. Minsky ressalta, ainda, a necessidade dos bancos centrais, além de atuarem como Big Banks, fiscalizarem o sistema, numa espécie de ação preventiva para impedir que posturas financeiras especulativas e Ponzi acabem predominando e suscitando crises financeiras.

1.3 - Consolidação Bancária: A concorrência no segmento bancário

A evolução do SFI gerou novos desafios competitivos às instituições financeiras com intensificação do processo de consolidação bancária nas economias globais; alguns fatores para explicar esse processo se destacam, entre eles (Aronovich, 1999, p. 201): maximização do valor da empresa compradora, estratégias empresarias não relacionadas à maximização do valor da empresa, progresso tecnológico, acumulação de excesso de capacidade e fragilidade financeira, privatização, desregulamentação.

Sinteticamente, a valorização de empresas financeiras pode ser obtida através do aumento de seu poder na determinação de preços ou com maior eficiência através de redução de custos, proporcionando assim, maior lucratividade; dessa forma, economias de escala e escopo são determinantes nos resultados bancários, fazendo-se necessária a expansão da base de clientes uma vez que a redução de custos é limitada. A gestão da intermediação financeira através da oferta de crédito ocupa destaque na lucratividade bancária. No entanto, conforme já abordado, é imperativa a diversificação do portfólio financeiro, ainda mais em período de baixa rentabilidade dos títulos públicos, o que conduz bancos comerciais e de investimento a atuarem de forma cada vez mais próxima, acelerando o processo de F&A que, além da diversificação, gera ganhos de eficiência na incorporação de empresas com menores índices de retorno. Para a valorização da empresa, F&A são ainda adotadas em momentos circunstanciais para valorização acionária (mesmo que a curto prazo); ou de posicionamento estratégico da empresa a ser avaliada como “muito grande para falir” que proporciona maior confiança do mercado e decorrente valorização.

A consolidação bancária é também dirigida por interesses que não atendam a valorização da empresa, como de gestores influenciados por metas subjetivas na obtenção de gratificações, ou na atuação regulatória do governo no que diz respeito à concentração financeira, induzindo-a ou não conforme sua conveniência; e economias de escala na produção de serviços financeiros são potencializadas pelo avanço tecnológico na automação bancária e engenharia financeira.

A partir da década de 1990, com uma nova dinâmica regulatória nos países centrais, F&A ganhou um novo impulso. Em 1994, o Estados Unidos reduziram as restrições à expansão geográfica, e a fusões entre bancos comerciais e de investimento; em 1996

conglomerados bancários foram autorizados a expandir sua participação nas atividades de subscrição e de colocação de títulos de dívida e ações (Aronovich, 1999, p. 204).

Na década de 1990 a União Européia permitiu a livre atuação de instituições financeiras de países membros, com aumento da concentração de mercado, e da concorrência entre os conglomerados, resultando em queda nos spreads, e aumento da participação de prestação de serviços nas receitas. No entanto, o Programa de Mercado Único e União Monetária Européia foram insuficientes para a intensificação de F&A além das fronteiras nacionais, segundo Paula (2002b), isso ocorre por coexistirem diferentes regulamentações prudenciais no lugar de uma agência reguladora única. Há um movimento nacionalista de criação de “campeões” que se consolidem domesticamente para a concorrência no mercado europeu e global, limitando assim a integração esperada.

A Tabela 1 descreve o as transações domésticas de F&A no Estados Unidos e Europa no período de 1985 a 1997, em ambos destaca-se a consolidação entre bancos comerciais, no entanto, com consolidação intersetorial mais freqüente na Europa que no Estados Unidos – em virtude das restrições regulatórias já descritas.

Tabela 1 – Soma dos Valores das empresas-alvo em F&As domésticas no setor de Serviços Financeiros – 1985/97

COMPRADOR	(US\$ Bilhão Equivalente)					
	ADQUIRIDO					
	Estados Unidos			Europa		
	Bancos Comerciais	Bancos de Invest.	Companhias de Seguros	Bancos Comerciais	Bancos de Invest.	Companhias de Seguros
Bancos Comerciais	241 (51,8%)	15 (3,2%)	0,2 (0,04%)	89 (36,0%)	9 (3,6%)	20 (8,1%)
Bancos de Investimento	6 (1,3%)	74 (15,9%)	27 (5,8%)	23 (9,3%)	19 (7,7%)	24 (9,7%)
Companhias de Seguros	0,3 (0,1%)	14 (3,0%)	88 (18,9%)	11 (4,5%)	6 (2,4%)	46 (18,6%)

Fonte: Aronovich (1999, p. 199)

Obs.: A participação relativa da matriz 3x3 encontra-se entre parênteses.

O movimento de F&A nos países desenvolvidos cria conglomerados financeiros que atuam em diferentes mercados que se estendem além das fronteiras nacionais, o setor bancário aumenta sua internacionalização via instalação de agências e subsidiárias,

fortalecendo assim, sua posição global como importante estratégia de consolidação. Os dados da Tabela 2 descrevem o movimento de internacionalização bancária dos Estados Unidos e Europa no período de 1985 a 1997. As instituições européias apresentaram significativo movimento de consolidação Intra-Europa e internacionalização para países não europeus superior a internacionalização americana, restrita ao seu mercado doméstico.

Tabela 2 – Soma dos Valores das Empresas-Alvo em F&As Internacionais no Setor de Serviços Financeiros – 1985/97

COMPRADOR	(US\$ Bilhão Equivalente)								
	ADQUIRIDO								
	Estados Unidos/Não- Estados Unidos			Intra-Europa			Europa/Não-Europa		
	Bancos Com.	Bancos Invest.	Comp. Seguros	Bancos Com.	Bancos Invest.	Comp. Seguros	Bancos Com.	Bancos Invest.	Comp. Seguros
Bancos Com.	9,5 (13,6%)	4,4 (6,3%)	0,2 (0,3%)	15,0 (17,9%)	8,7 (10,4%)	0,4 (0,5%)	14,5 (14,5%)	4,3 (4,3%)	0,3 (0,3%)
Bancos Invest.	3,0 (4,3%)	14,7 (21,0%)	7,7 (11,0%)	4,3 (5,1%)	5,8 (6,9%)	1,1 (1,3%)	15,6 (15,6%)	15,9 (15,9%)	12,9 (12,9%)
Comp. Seguros	0,6 (0,9%)	3,9 (5,6%)	25,9 (37,1%)	11,2 (13,4%)	0,3 (0,4%)	37,0 (44,2%)	1,0 (1,0%)	3,1 (3,1%)	32,7 (32,6%)

Fonte: Aronovich (1999, p. 199)

Obs.: A participação relativa da matriz 3x3 encontra-se entre parênteses.

De acordo com Focarelli e Pozzolo (*apud* Paula, 2002a, p. 739):

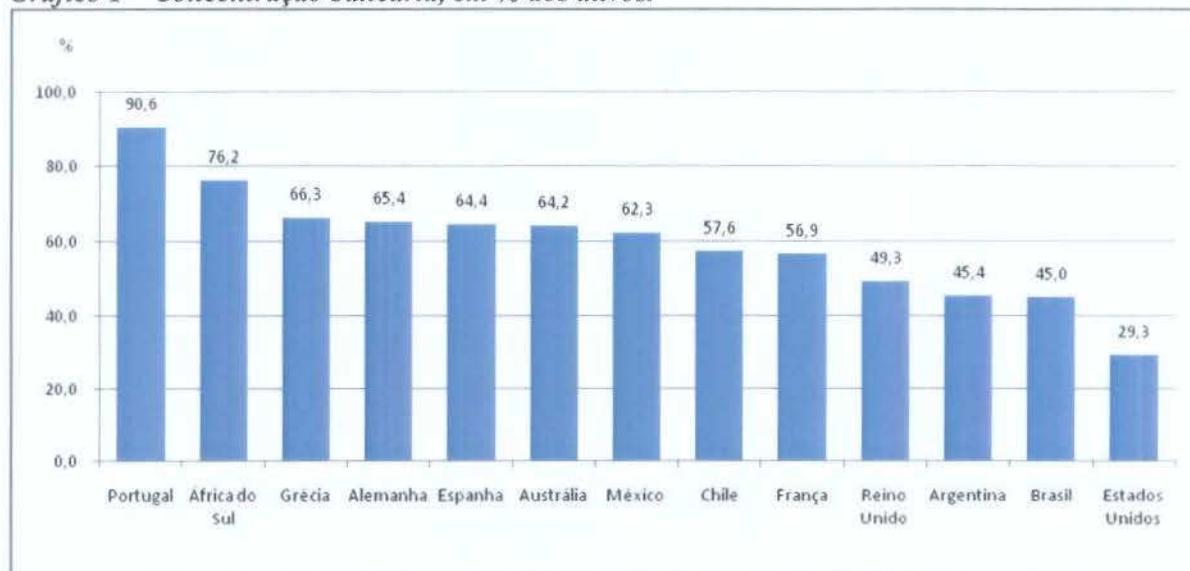
(...) o padrão de participação acionária do banco internacional seguiu a integração econômica entre países: os bancos estenderam suas atividades para o exterior de modo a prover serviços em transações internacionais para clientes do seu país de origem; posteriormente, com o crescente entendimento do mercado estrangeiro — em particular os aspectos institucionais e regulatórios — e o desenvolvimento de uma rede de relações com as instituições financeiras locais, alguns bancos foram induzidos a aumentar o âmbito de suas operações e prover, também, serviços para a população local. Embora este relato seja de modo geral preciso, (...) hoje o atual padrão de participação acionária do banco internacional depende de um conjunto maior de fatores do que somente o grau de integração econômica entre países.

Inicialmente a internacionalização bancária foi um movimento que acompanhou a integração econômica de clientes domésticos além das fronteiras nacionais. No entanto, o sucesso da expansão da atividade bancária em novos mercados emergentes se defronta com

uma significativa barreira a entrada: o fator cultural e as especificidades regulatórias. O que explica o direcionamento de instituições espanholas e portuguesas à América Latina, das alemãs a Europa Oriental e em menor medida japonesas à Ásia.

Desse modo, a consolidação e concentração financeira, através de F&A, é um fenômeno global usual nos SFNs internacionalizados, seja de economias avançadas ou emergentes. O Gráfico 1 apresenta a participação em ativos dos três maiores bancos no SFN de alguns países no ano de 2004; países como Alemanha e Espanha apresentam elevada concentração quando comparados ao Estados Unidos, ainda com regulação restritiva, enquanto que países emergentes como México, Argentina e Brasil apresentam, por esse critério, concentração próxima de cinquenta por cento.

Gráfico 1 – Concentração bancária, em % dos ativos.



Fonte: Cade e Banco Mundial. (apud: Cade vê baixa concentração no país, **Valor Econômico**, São Paulo, 02 jan. 2008, Caderno Finanças, p. 01)

Na América Latina (inclusive Brasil) a internacionalização do sistema bancário ocorreu a partir de meados dos anos 1990, guiado pelo Estado com a desregulação do setor, privatizações, e abertura ao capital externo como resposta às crises nos SFNs. Essa foi uma oportunidade aproveitada principalmente por bancos europeus que aumentaram consideravelmente seu *market share* nas economias latinas como estratégia de diversificação de receitas e fortalecimento de suas posições no mercado europeu.

Capítulo 2

Sistema Financeiro Brasileiro: O Acirramento da concorrência e a internacionalização

2.1 – A Internacionalização e a Consolidação: O impacto sobre a gestão das firmas e sobre a oferta de crédito

No final da década de 1980 o SFN brasileiro sofreu mudanças com o novo marco regulatório que substituiu a especialização bancária a um limitado número de operações, semelhante ao modelo americano, pela autorização de constituição de bancos múltiplos e abertura de novas instituições. O sistema bancário apresentou acentuada expansão até o ano de 1994, passando de 104 instituições em dezembro de 1988 para 244 seis anos depois. O mercado doméstico era pulverizado em um grande número de instituições privadas, bancos e caixas econômicas públicas (federais e estaduais), baixo grau concorrencial; com reserva do mercado local às instituições nacionais.

A década de 1980 foi intensamente afetada pela crise da dívida pública, originada da insolvência da dívida assumida na década anterior. O baixo, ou mesmo nulo, crescimento econômico coexistiu com pressões nos preços de bens e serviços que atingiram índices de hiperinflação. A alta inflação compromete a atividade econômica por inserir incerteza nas expectativas dos agentes. Desse modo, tanto os tomadores quanto fornecedores de crédito assumem posições de curto prazo pela sua preferência pela liquidez. Os altos riscos de crédito e de juros inibem a oferta creditícia pelos bancos, que reestruturam sua gestão patrimonial para obter rendas inflacionárias com o descasamento de prazo entre a captação (depósitos indexados) e aplicação (títulos públicos).

Segundo Paula (2002a, p.12) a “arbitragem inflacionária do dinheiro”, proporcionou aos bancos a apropriação de receitas associadas ao *float* e *spreads* da intermediação financeira, “os ganhos com o *float* eram obtidos basicamente da manutenção no passivo dos bancos de saldos não-remunerados que, aplicados, rendiam, pelo menos, algo próximo da correção monetária”.

Através do *overnight*, a política econômica propiciou aos bancos brasileiros uma situação segura e lucrativa ao desempenharem a função de intermediadores de títulos públicos, como explicam Carvalho, Studart e Júnior (2002, pg. 32):

os bancos adquiriam títulos públicos, com prazos de semanas ou de meses, os quais revendiam ao público, por um dia, mediante compromisso de recompra a preço definido. Para minimizar o risco de o custo diário de financiamento superar a rentabilidade dos títulos, o BCB assegurava financiamento diário (“zeragem automática”) aos bancos, bem como a eventual recompra dos papéis e sua substituição por outros, caso as expectativas de juros se alterassem de forma imprevista.

Ainda segundo os autores, nos anos que precederam o Plano Real, muitos bancos passaram a redirecionar suas estratégias de gestão patrimonial em busca da flexibilidade, objetivando a redução de sua exposição à dependência de rendas inflacionárias, expostas em 1986 com o Plano Cruzado e com os choques do governo Collor, que decretou o fim de operações *overnight*, recolhimento compulsório sobre recursos não remunerados, e alongamento da dívida pública. Alguns bancos de pequeno e médio porte procuraram se especializar em nichos do mercado. Outros bancos varejistas, de forma geral, reestruturaram suas rendas em novos serviços e composição patrimonial como o investimento na atividade produtiva por meio do controle ou participação acionária.

As receitas inflacionárias se reduziram gradualmente até a implantação do Plano Real, em julho de 1994, decretando definitivamente o fim dessas rendas; conforme a Tabela 3, a participação destas receitas em relação ao PIB oscilou em torno de 4% de 1990 a 1993, representando 42% das receitas de intermediação financeira em 1992, a partir de 1994 houve uma drástica redução, com sua nulidade no ano seguinte.

Tabela 3 – Receita inflacionária dos bancos

ANO	% PIB	% Receita Interm. Financ
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,3
1994	2,0	20,4
1995	0,0	00,6

Fonte: ANDIMA/IBGE (*apud* Maia, 2003)

A não adequação ao fim das receitas inflacionárias neste novo quadro macroeconômico de estabilização inflacionária foi o principal fator para a fragilização de instituições financeiras que não conseguiram cortar custos ou ampliar receitas de tarifas e crédito, afetando principalmente bancos de pequeno porte e bancos públicos estaduais credores dos próprios controladores. Porém, a política econômica restritiva, no início da crise do México, na defesa do Balanço de Pagamentos através da elevação drástica das taxas de juros reais conduziu à retração da demanda efetiva na economia brasileira. Os créditos cedidos nos anos anteriores, no financiamento do consumo de pessoas físicas, passaram a sofrer com a inadimplência, empresas não bancárias foram afetadas, apresentando elevação em falências. Os bancos em melhor situação contraíram o crédito deflagrando crise de liquidez em duas grandes instituições privadas (Vidotto, 2005b, p.6):

Em geral as instituições menores têm uma dependência estrutural do interbancário, não sustentando a estrutura de passivos com pequenos depósitos massificados. Por sua vez os grandes bancos de rede, ofertantes líquidos do interbancário, exerciam uma crescente preferência pela liquidez tendo em vista não aumentar seu grau de exposição, em termos de ativos e de imagem, junto a instituições em dificuldade. Para Cardim de Carvalho (op. cit.), o empoçamento de liquidez foi o sintoma mais avançado da possibilidade da crise sistêmica que, devido ao Proer e outras medidas, não se materializou.

Ainda segundo o autor, os grandes bancos varejistas que enfrentaram problemas a partir de 1995 empregaram comum estratégia de expressiva ampliação do crédito e participação acionária em setores que anos mais tarde, com a retração econômica, enfrentariam dificuldades extremas, o que comprometeu sua estrutura patrimonial e criou sérios problemas de liquidez. Os bancos públicos federais, em especial a Caixa Econômica Federal foram utilizados pelo governo como “emprestadores de penúltima instância” já que atuavam no interbancário com vultosos empréstimos que adiariam por alguns meses a eclosão e conhecimento público de sua iliquidez.

Dessa forma, o Banco Econômico alongou sua atividade até inevitável intervenção do Banco Central, de forma semelhante seguiu o Banco Nacional que ao fazer pública sua crítica situação, instalou grande incerteza nos agentes financeiros, e contágio de desconfiança no SFN. Com sinais claros de risco sistêmico à economia, o Banco Central se utilizou de novos instrumentos financeiros, regulatórios e de solvência; lançou o Programa de

Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (Proer) no final de 1995 para conter a crise bancária. De acordo com Vidotto (2005b, p.10):

O modelo adotado foi o *good bank / bad bank*, isto é, a cisão do patrimônio da instituição original. Os ativos de má qualidade seriam incorporados ao BC, acompanhados de um estoque de passivos, de valor superior, formado junto ao próprio BC, ao setor público em geral, aos funcionários e seu fundo de pensão, etc. Esse o "banco ruim", com passivo a descoberto. A segunda parte da cisão seria composta dos melhores ativos, acompanhada por passivos em igual montante que incluíam as obrigações junto ao público, etc. Esse o "banco bom", equilibrado e sadio, a ser negociado com outra instituição do mercado.

Através do Proer bancos insolventes foram assumidos por outras instituições; para desestimular abertura de novos bancos, aumentou-se o capital mínimo exigido, e o BC ganhou maior poder de intervenção em instituições financeiras. Para instituições de grande porte ingressarem no Proer, deveriam ser divididas em duas, uma "saudável" outra não – que deveria ser mantida ao grupo até ter sido liquidada. Para instituições menores o Proer forneceu os recursos necessários para o financiamento do passivo a descoberto e o suprimento de liquidez no caso de saques de depósitos de grande magnitude, viabilizando assim a transferência do controle acionário do banco com problemas (Rocha 2001, p.12).

Sob a condução do Banco Central, o *good bank* do Banco Nacional foi adquirido pelo Unibanco, aumentando consideravelmente seus ativos; o Banco Econômico foi incorporado ao Banco Excel, mesmo este sendo menor que o *good bank*. Em sua fase inicial, o Proer enfrentou a crise bancária originada no início do Plano Real, de forma a sanar os bancos com problemas, favorecendo sua incorporação por bancos domésticos, sendo assim, um indutor de concentração bancária nacional.

No entanto, essa característica nacionalista deixa de existir quando o inglês HSBC adquire o *good bank* do Banco Bamerindus através de favoráveis termos proporcionados pelo Proer, abrindo precedente para a incorporação do Excel Econômico, dois anos após sua fusão, pelo espanhol BBV simultaneamente a incorporação do Banco Real pelo ABN-Amro (sem recursos do Proer, mas com apoio do Banco Central). A incorporação do Bamerindus pelo HSBC é um importante marco do Proer, pois marca sua transformação em instrumento de desnacionalização bancária, dada a persistência da crise e inexistência de algum banco

privado nacional capaz de incorporar o *good bank* sem o risco de perder a confiança dos demais agentes do sistema. (Vidotto, 2005b, p. 25-26).

Os bancos públicos também enfrentaram problemas na estabilização do Plano Real, as instituições financeiras nacionais, com destaque ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no entanto, apresentaram resultados negativos por serem usados como instrumento de políticas econômicas. O governo federal saneou as duas instituições retirando créditos problemáticos de seus ativos, parte securitizados no caso do Banco do Brasil, e parte transferidos a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), responsável pela sua cobrança. Desde então estes bancos aproximaram sua atuação operacional das práticas privadas, mantendo ainda, sua característica original de fomento setorial e instrumento de política econômica do governo. Em 2001 o Banco do Brasil se converteu em banco múltiplo ingressando no Novo Mercado da Bovespa com o lançamento de ações e adoção de governança corporativa.

Os bancos públicos estaduais apresentaram destino diferente, para sanear os problemas de liquidez provocados por seus controladores foi lançado em 1996 o Programa de Incentivo à Redução Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes) que transferia o controle da instituição à União para seguinte privatização. Esse modelo de saneamento extinguiu dez instituições, sete bancos foram privatizados e outros sete federalizados para posterior privatização. Foi o caso do paulista Banespa, adquirido pelo espanhol Santander.

Segundo Paula e Marques. (2004 p. 18) “No Brasil os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema, dando pouca atenção aos princípios de defesa da concorrência”.

O governo justificava a desnacionalização do setor bancário alegando motivos microeconômicos de ganho de eficiência no SFN que, por meio da concorrência, geraria serviços melhores e mais baratos; além também, de ganhos macroeconômicos resultantes do acirramento concorrencial na oferta de crédito, que reduziria os *spreads* e proporcionaria maior atividade econômica através do financiamento produtivo.

A desnacionalização da atividade bancária se coloca em momento de consolidação bancária internacional através de F&A instituições estrangeiras, especialmente européias no caso brasileiro, passaram a operar no mercado nacional com avanço progressivo de *market-share*, pressionando os bancos nacionais a participarem do processo de

consolidação bancária através de F&A na constituição de conglomerados nacionais e ganhos de eficiência.

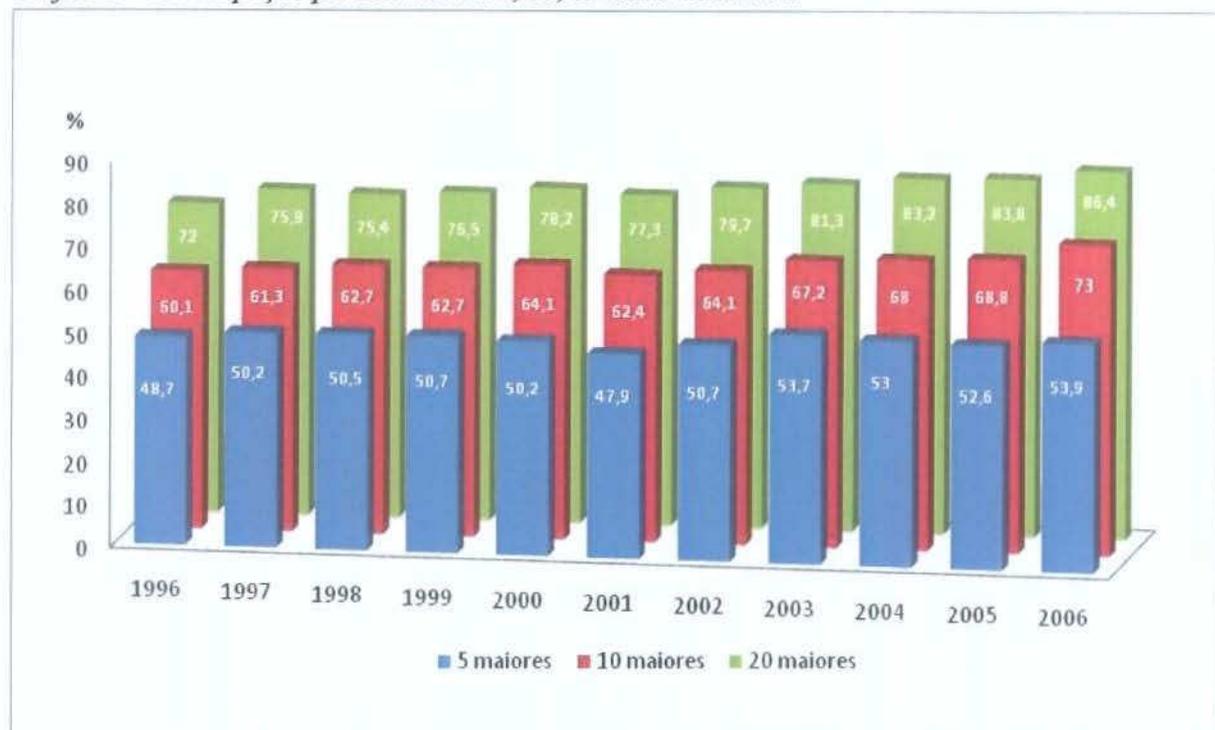
Houve assim, redução no número de instituições atuantes no SFN, conforme Tabela 4, havia 214 bancos comerciais em 1996, dez anos depois 133; simultaneamente, observa-se a concentração bancária no mesmo período, conforme Gráfico 2, os cinco maiores bancos mantiveram participação relativa estável, ao passo que houve maior concentração entre os dez maiores, de 60% em 1996 para 73% em 2006, é nesse grupo que os bancos internacionais estão posicionados, ficando claro esse movimento no Gráfico 3, que demonstra a participação relativa dos ativos por origem de capital, nota-se a evolução da participação deste grupo a custas da redução dos bancos públicos e caixas estaduais, com estabilidade do Banco do Brasil e reação dos bancos privados nacionais.

Tabela 4 - Instituições singulares e carteiras de bancos múltiplos de mesmo tipo

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Comercial	214	199	185	175	173	160	144	139	139	135	133
Investimento	131	125	128	126	123	121	120	117	112	110	111
Desenvolvimento	24	23	21	18	17	15	13	12	8	11	10
Crédito imobiliário	98	93	86	77	73	74	72	69	66	63	60
Crédito, financi. e invest.	203	189	187	182	176	169	163	158	156	158	161
Arrendamento mercantil	83	92	100	103	109	105	98	90	83	77	86
Total	753	721	707	681	671	644	610	585	564	554	561

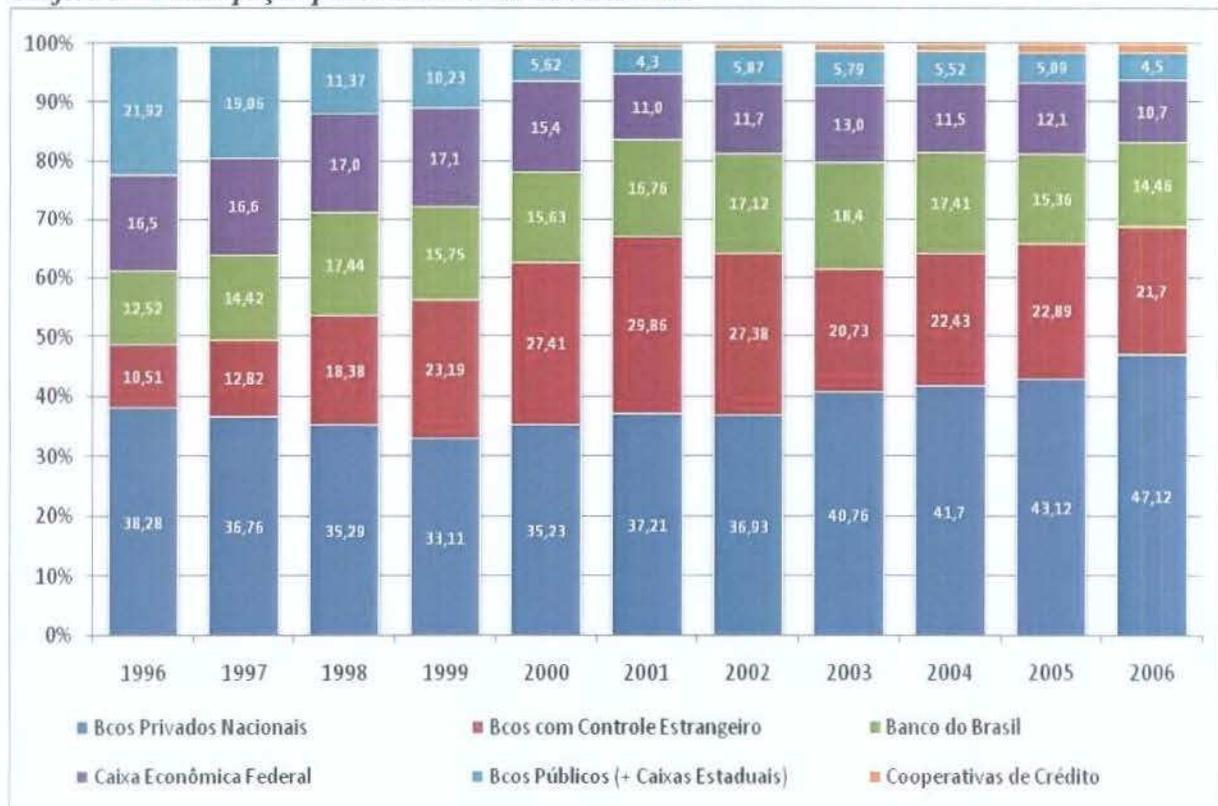
Fonte: Unicad

Gráfico 2 – Participação percentual dos 5, 10, 20 maiores bancos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Gráfico 3 – Participação percentual em ativos bancários



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

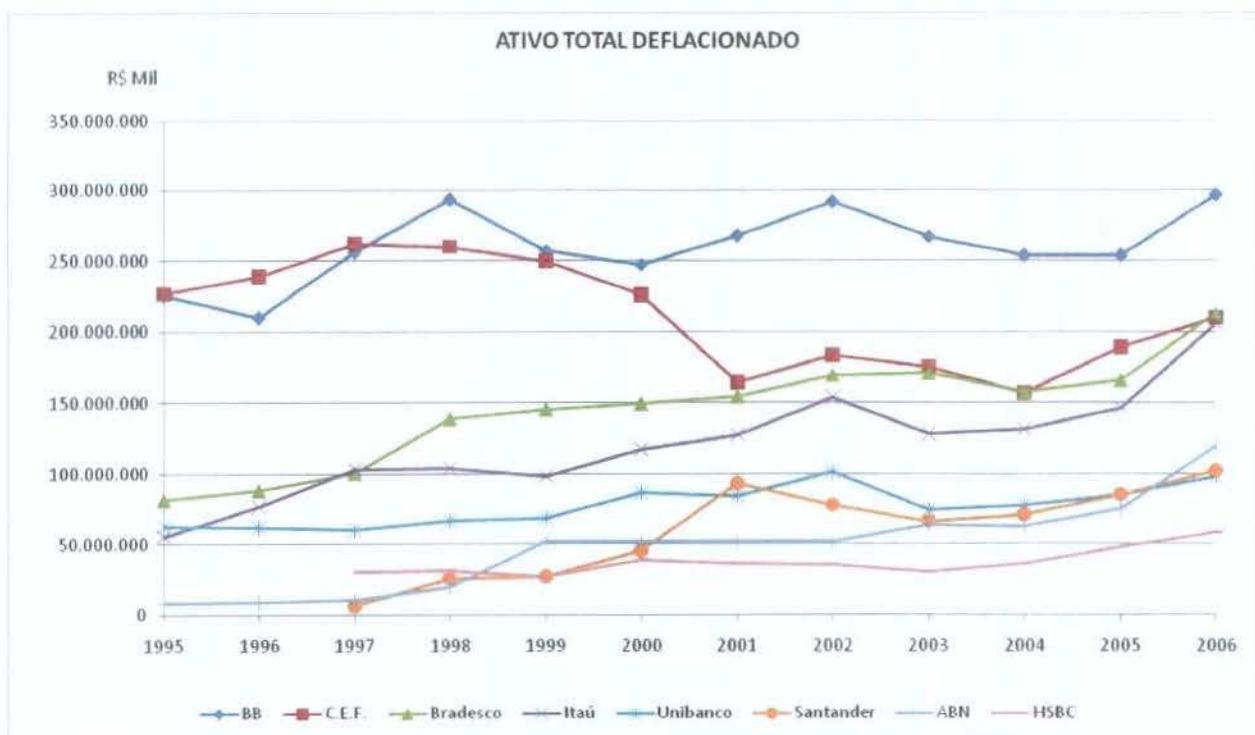
O que se assistiu em termos agregados foi um claro movimento no sentido da consolidação do sistema financeiro. Tal resultado implica em um sistema bancário mais fortalecido, uma vez que as principais empresas bancárias concentra fortemente a atividade do

segmento. Também se verificou que a participação dos bancos de origem estrangeira passa a deter parcela importante do mercado. Como conclusão, os anos 1990 vêm emergir um sistema bancário que dista enormemente do que era no início da década e que tal movimento representa em nível doméstico os processos que ocorrem no entorno do sistema financeiro global.

Interessa agora discutir se é possível pensar em estratégias bancárias muito distintas quando se separa o sistema por grupos, como por exemplo: (i) bancos nacionais privados; (ii) bancos nacionais públicos e (iii) bancos estrangeiros.

Uma vez que é as estratégias das firmas assumem comportamentos que evidentemente não são divulgados pelo mercado, uma das alternativas possíveis é avaliar alguns indicadores de gestão para analisar se dentre os grupos destacados acima há comportamentos muito distintos, o que levaria a questionamentos sobre quais tendências futuras estaria determinando o jogo de concorrência bancária no Brasil.

Gráfico 4 - Participação de bancos selecionados no total de ativos do sistema bancário brasileiro (1995 - 2006)



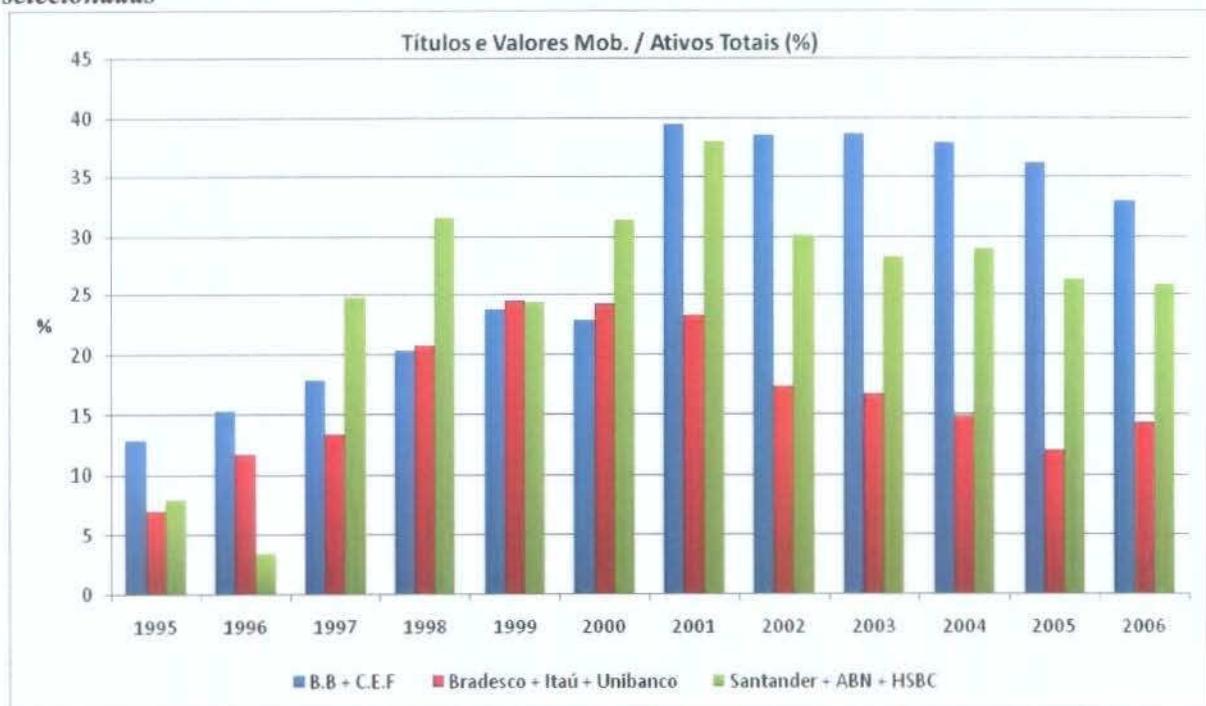
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Quando se avalia a participação dos bancos no total de ativos se evidencia a importância que bancos de natureza pública, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, assumem no cenário bancário do Brasil. Os programas de recuperação das

instituições (PROER E PROES) no bojo da necessidade de adequação as normas de Basileia foram fundamentais para manter a importância de tais instituições no mercado de crédito. Dado que mais recentemente o governo, no sentido de contornar a crise financeira internacional, vem se utilizando fortemente de tais instituições para evitar contrações de crédito elevadas parece demonstrar que as reestruturações que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal sofreram foram tomadas de decisão importantes para a condução das políticas de natureza pública.

Os Ativos Totais dos bancos analisados apresentam um crescimento a taxas muito elevadas, entre 1998 e 2006, o Ativo do Bradesco aumentou 294 %, do Banco do Brasil 140% e do Santander, que em 1998 ainda não havia se consolidado no mercado doméstico com a compra do Banespa, cresceu 800%. Importante ainda destacar a importância que Títulos e Valores Mobiliários na composição da estrutura ativa dos bancos, conforme gráfico 5 abaixo.

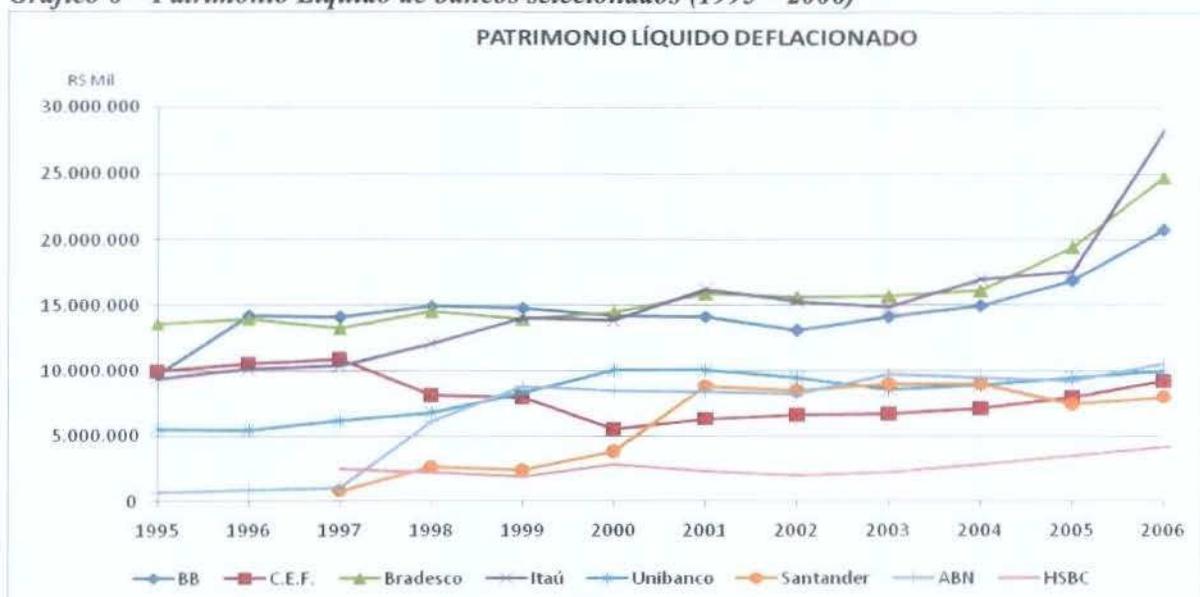
Gráfico 5 – Participação dos Títulos e Valores Mobiliários na composição do ativo – Empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Quando se avalia a estrutura patrimonial, percebe-se que bancos nacionais de natureza privada, como Bradesco e Itaú apresentam volumes expressivos de patrimônio líquido. Ver gráfico 6 que segue.

Gráfico 6 – Patrimônio Líquido de bancos selecionados (1995 – 2006)

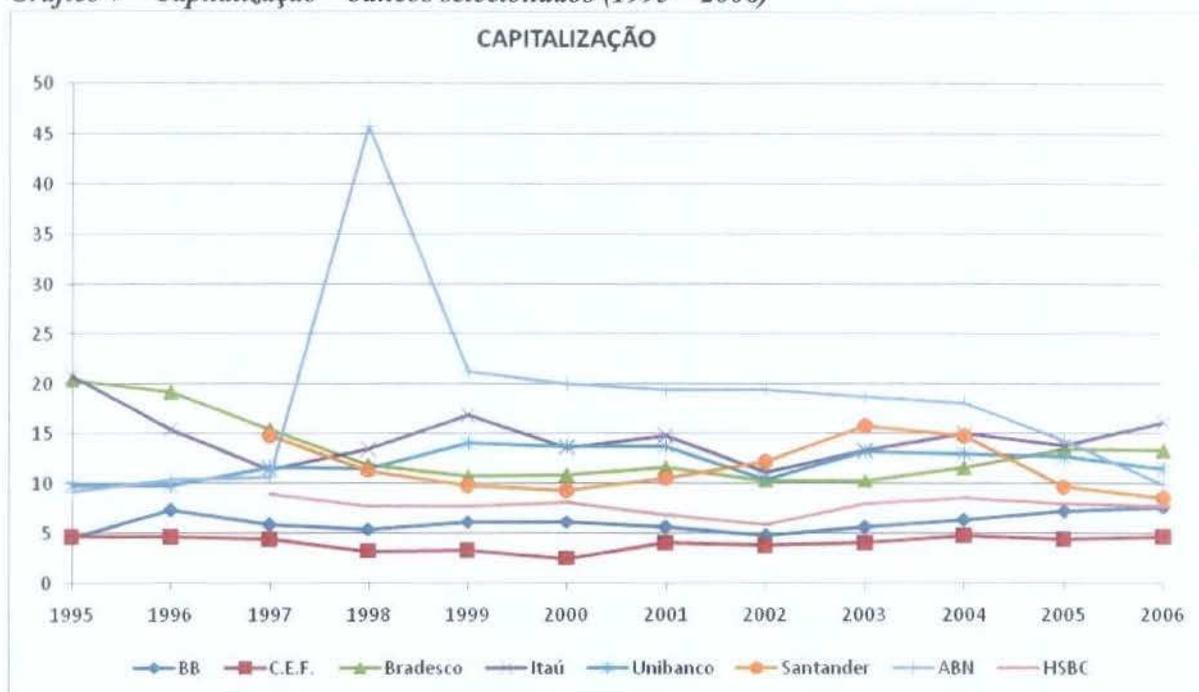


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

No que diz respeito ao processo de capitalização (razão entre patrimônio líquido e captação total), verifica-se que há uma certa “homogeneização” para o período em análise. A exceção fica por conta do Banco do Brasil que ao final de 1996 apresentou um prejuízo líquido da monta de cerca de R\$7,5 bilhões (e seu patrimônio líquido deflacionado à época somava cerca de R\$10 bilhões) e para recuperar a solvência da instituição, o Tesouro Nacional fez um aporte no valor de R\$8 bilhões em valores correntes.

Após a capitalização, a instituição já em 1997 volta a apresentar resultado positivo, gerando um lucro líquido positivo (ver gráfico 7 na seqüência).

Gráfico 7 – Capitalização – bancos selecionados (1995 – 2006)

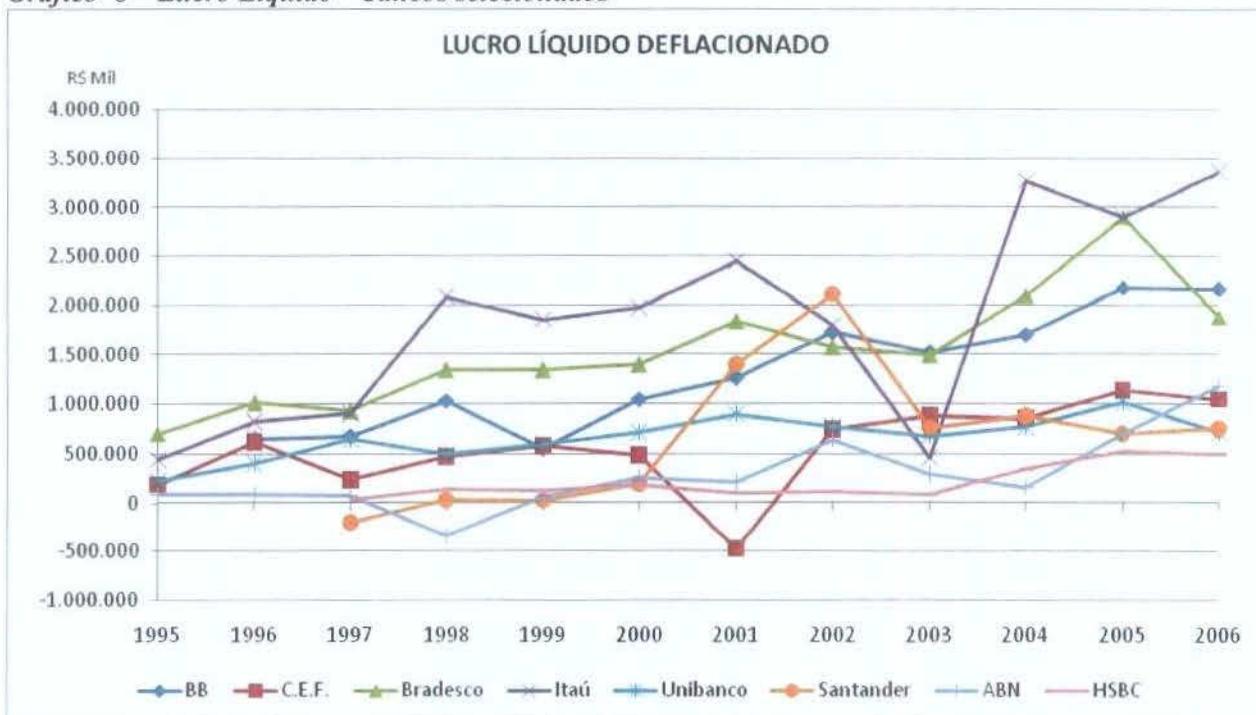


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Capitalização = (Patrimônio Líquido / Captação Total) * 100

No que se refere a lucratividade, percebe-se que o desempenho dos bancos privados nacionais é bastante elevado. Por outro lado, os bancos de origem estrangeira apresentam uma evolução menos expressiva, mas estável, sobretudo o HSBC. Ver gráfico 8.

Gráfico 8 – Lucro Líquido – bancos selecionados



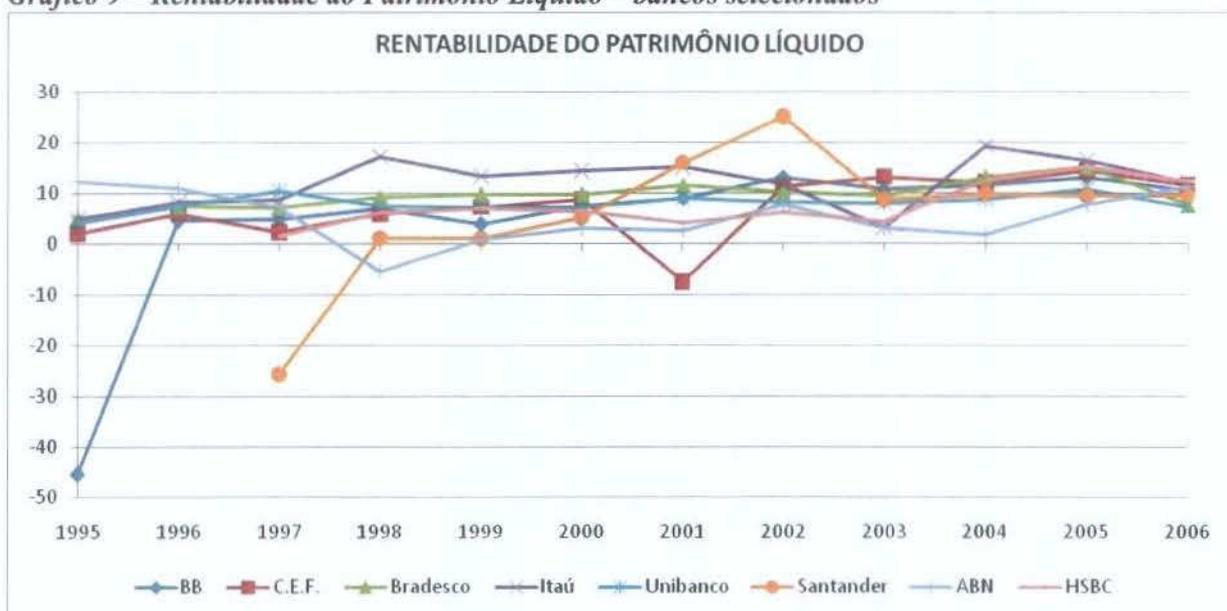
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Excluído dado do Banco do Brasil 1995

A rentabilidade do patrimônio líquido (calculada através da razão entre lucro líquido e patrimônio líquido) demonstra as dificuldades que os bancos públicos, em especial o Banco do Brasil, passam em 1995. A forte queda desse mesmo grupo em 2001 ocorreu novamente devido ao desempenho da Caixa Econômica Federal que foi submetida ao processo de reestruturação já discutido anteriormente.

Para o grupo dos bancos nacionais privados, verifica-se um desempenho superior aos bancos estrangeiros que para o período apresentaram uma evolução sem grande expressividade. Gráfico 9 que segue.

Gráfico 9 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido – bancos selecionados



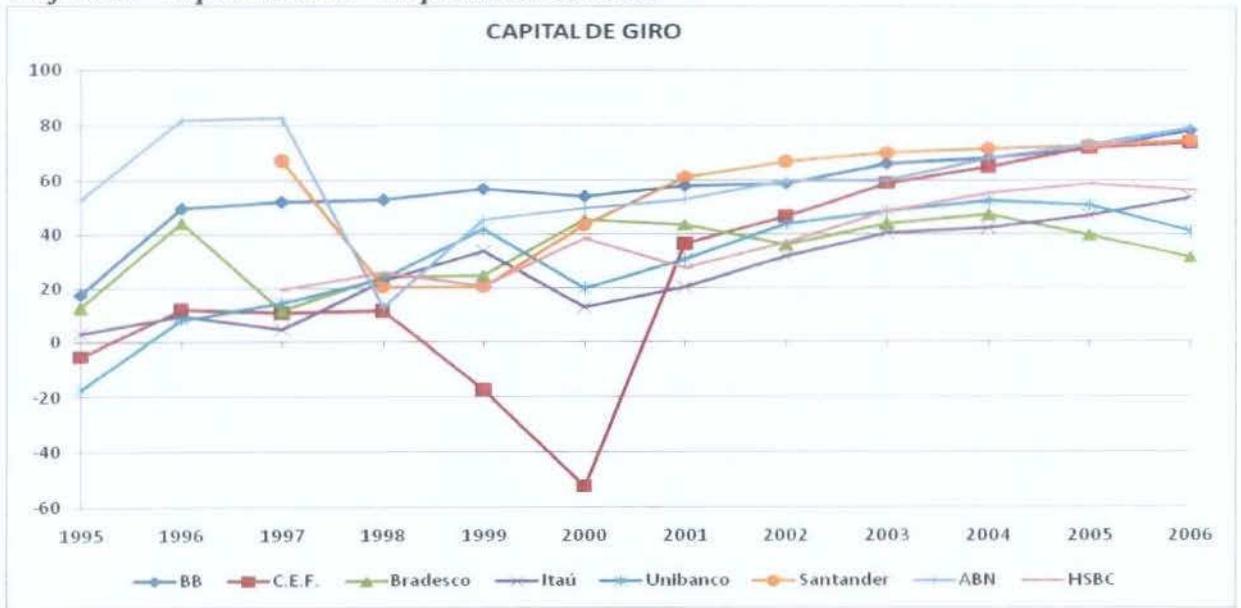
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Rentabilidade do PL = (Resultado Líquido / Patrimônio Líquido) * 100

Quando se avalia o capital de giro¹ verifica-se que o comportamento dos três grupos se aproxima. As únicas variações expressivas são por conta do Banco do Brasil em 1996/1997 e da Caixa Econômica Federal para o período de 2001 em função das atribuições que estas duas instituições públicas passam e que já foi discutido.

¹ (Patrimônio líquido – ativo permanente)/patrimônio líquido

Gráfico 10 – Capital de Giro – Empresas selecionadas

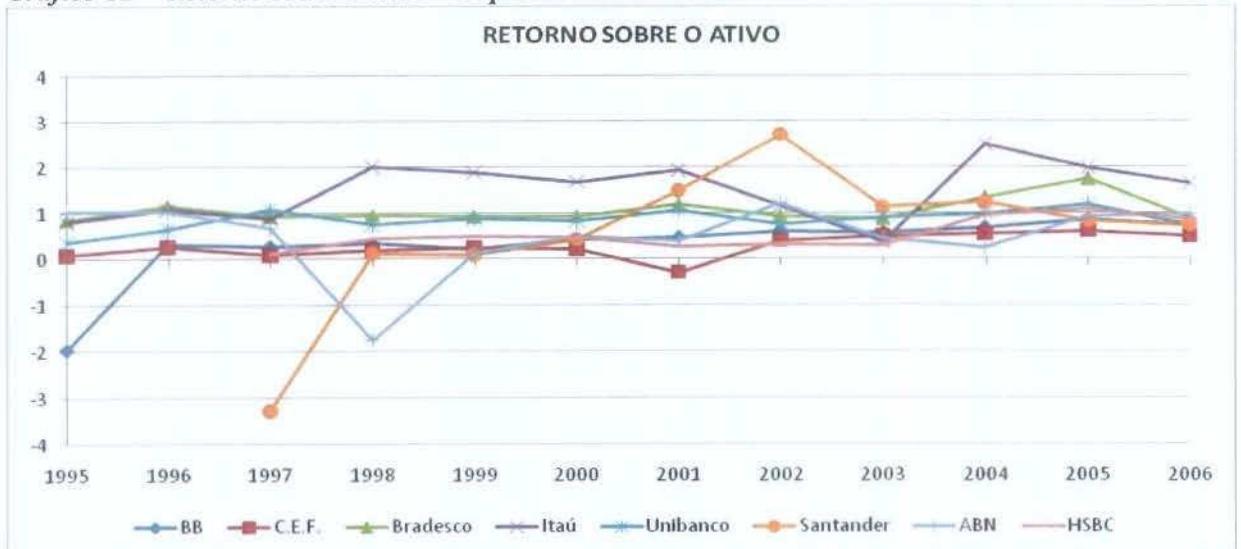


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Capital de Giro = $((\text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}) / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$

O indicador retorno sobre o ativo (resultado líquido/ativo total) demonstra a capacidade de gestão da estrutura ativa dos bancos. Sob tal rubrica, o desempenho do segmento privado nacional demonstrou resultados mais expressivos comparativamente e, em destaque, o papel do banco Itaú. Ver gráfico 11.

Gráfico 11 - Retorno sobre o ativo – empresas selecionadas



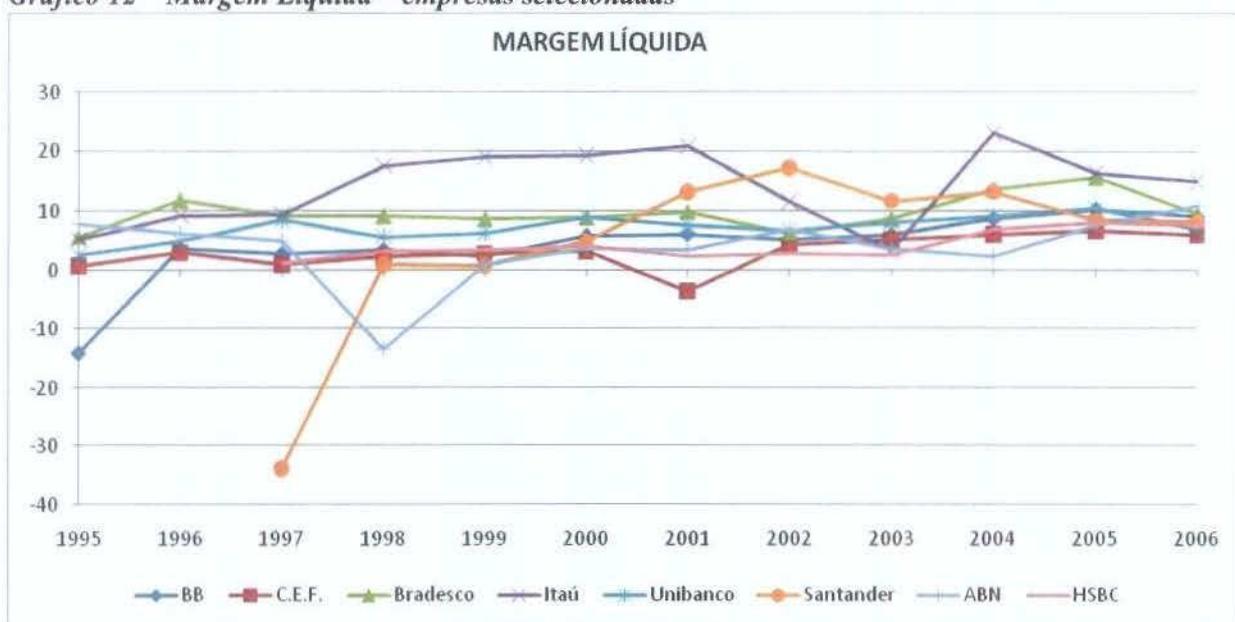
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Retorno sobre Ativo = $(\text{Resultado Líquido} / \text{Ativo Total}) * 100$

Através do Gráfico 12 é perceptível verificar o fato de os bancos nacionais privados possuírem uma margem líquida expressivamente maior que os demais em todo o período em

análise. Dado que tal indicador demonstra o sucesso da empresa no processo de geração de lucros ou em outras palavras, o quanto foi eficiente a gestão, fica mais uma vez evidenciada a eficácia do setor privado nacional. A margem líquida negativa do banco Santander em 1997 se explica porque nesse ano o banco passou a operar no país, fazendo com que houvesse uma distorção neste dado. No ano de 1998 o mesmo ocorre com o ABN AMRO que registrou uma margem líquida negativa - -12,54%.

Gráfico 12 – Margem Líquida – empresas selecionadas

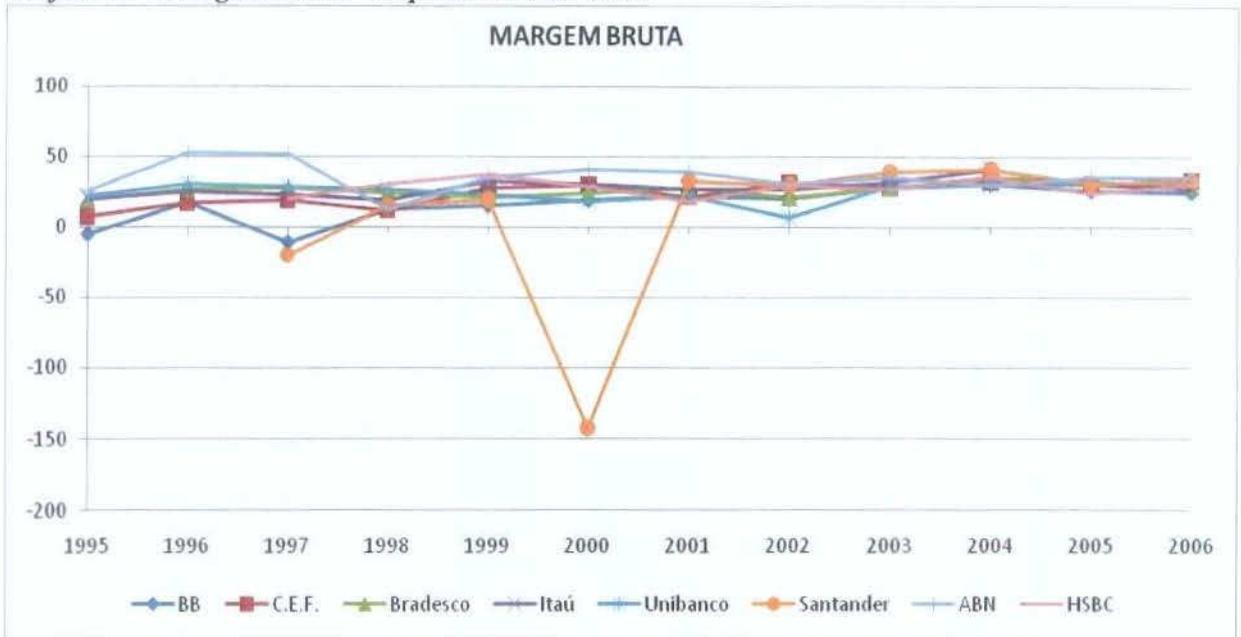


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Margem Líquida = (Resultado Líquido / (RIF + Receita de Serviços)) * 100

Seguem ainda os gráficos 13 e 14 que demonstram os indicadores margem bruta (resultado bruto da intermediação financeira / receita de intermediação financeira + receita de serviços) e margem operacional (resultado operacional / receita de intermediação financeira + receita de serviços) para reiterar o afirmado acima.

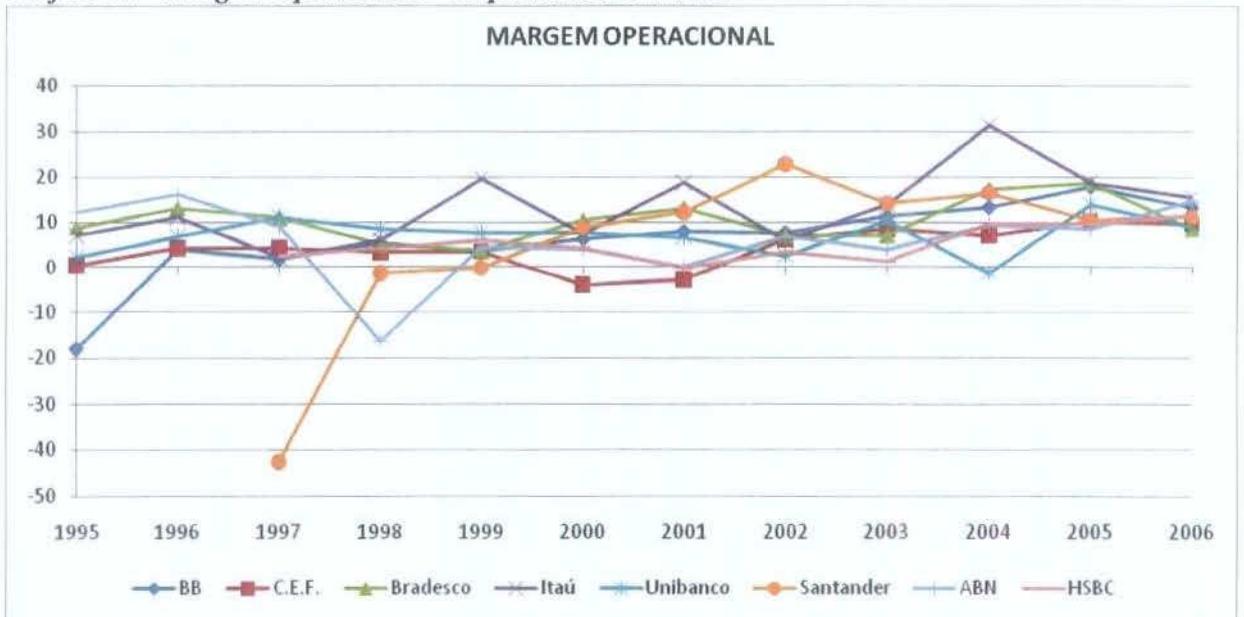
Gráfico 13 – Margem Bruta – empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Margem Bruta = (Resultado Bruto da Intermediação Financeira / (RIF+ Receita de Serviços)) * 100

Gráfico 14 – Margem Operacional – empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

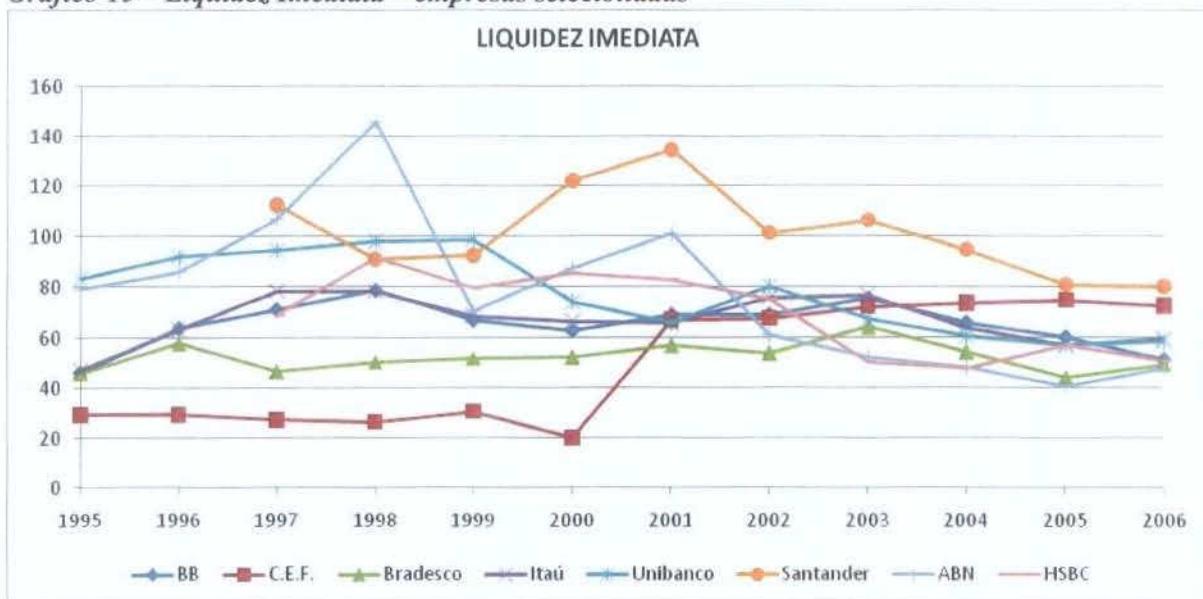
Obs: Margem Operacional = (Resultado Operacional / (RIF+ Receita de Serviços)) * 100

Quanto aos critérios de liquidez, a análise contempla tanto o indicador liquidez imediata (que são as disponibilidades + aplicações interfinanceiras de liquidez + títulos e valores mobiliários/depósitos totais + captação no mercado aberto), quanto o indicador

dependência do interbancário (depósitos interbancários/captação total) que seguem como gráficos 15 e 16.

No que se refere a liquidez imediata, as posições do Santander e do ABN se destacam da média dos grupos. Isto pode indicar uma maior fragilidade em termos de posições á descoberto. No que diz respeito ao indicador dependência do interbancário, quem se destaca é o Banco do Brasil e tal fato deve se explicar possivelmente em função do volume maior de captações, dado que comparativamente o volume de depósitos da Caixa Econômica Federal é tão expressivo quanto do Banco do Brasil.

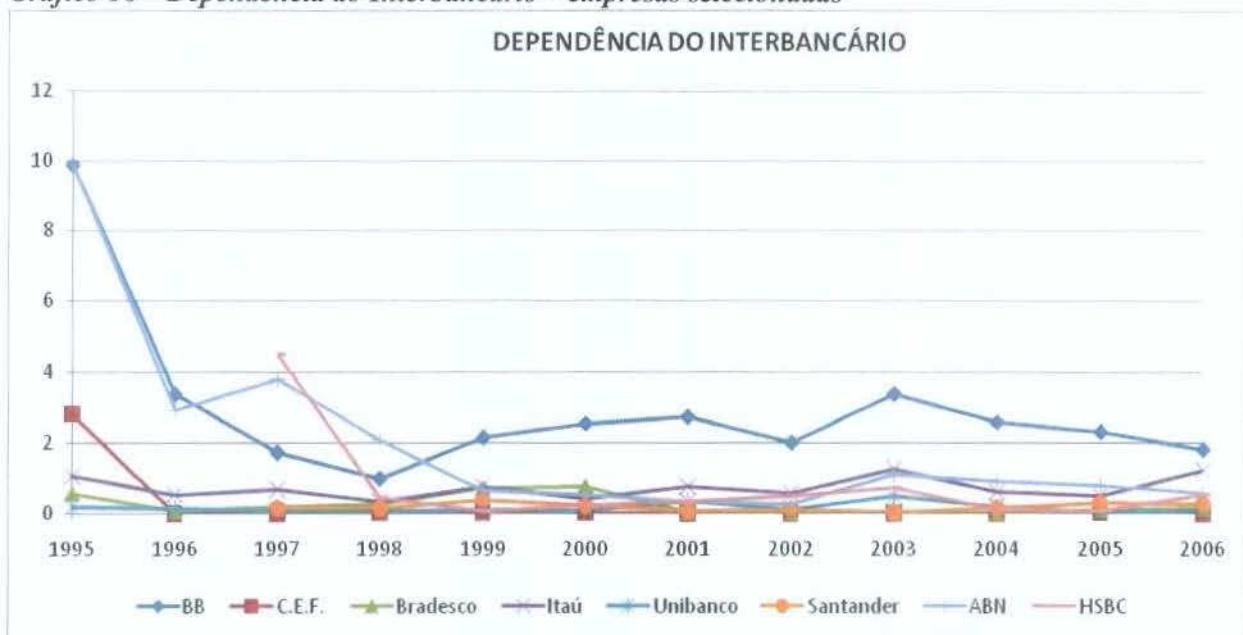
Gráfico 15 – Liquidez Imediata – empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Liquidez Imediata=(Disponibilidades+AIL+TVM / Depósitos Totais + Captação no Mercado Aberto) *100

Gráfico 16 – Dependência do Interbancário – empresas selecionadas

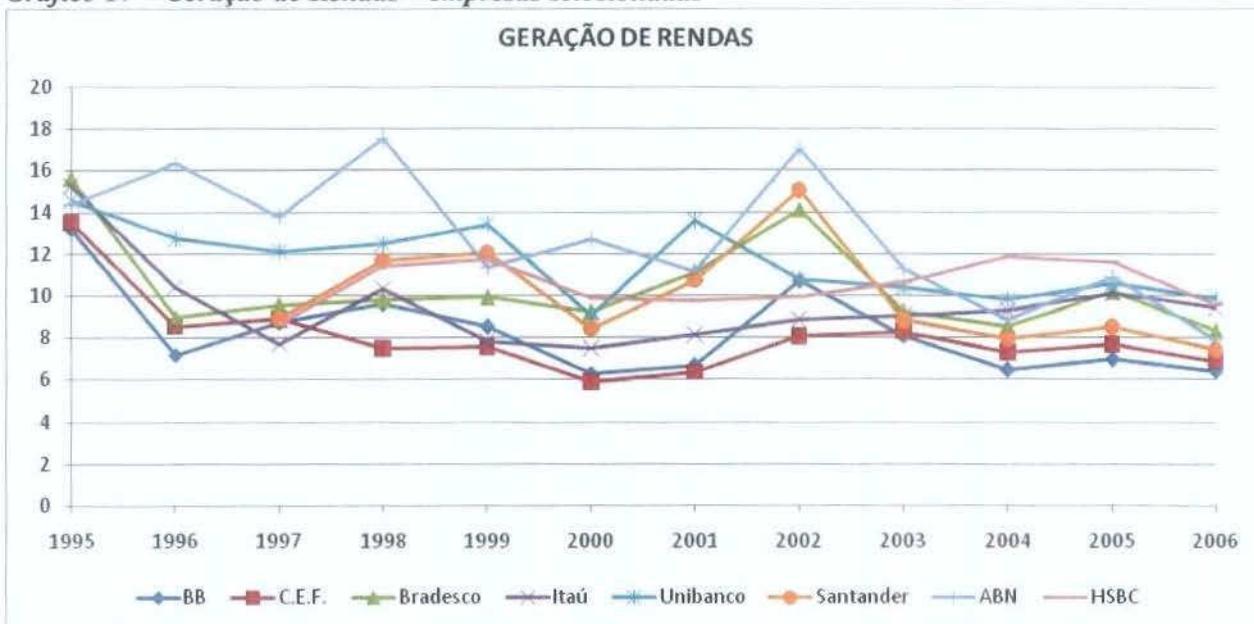


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Dependência do Interbancário = (Depósitos Interbancários / Captação Total) * 100

No que diz respeito à capacidade de geração de rendas, se verifica que o segmento de bancos estrangeiros tem uma trajetória que se distancia da trajetória dos bancos públicos, sobretudo o Banco do Brasil. Ver gráfico 17 que segue.

Gráfico 17 – Geração de Rendas – empresas selecionadas

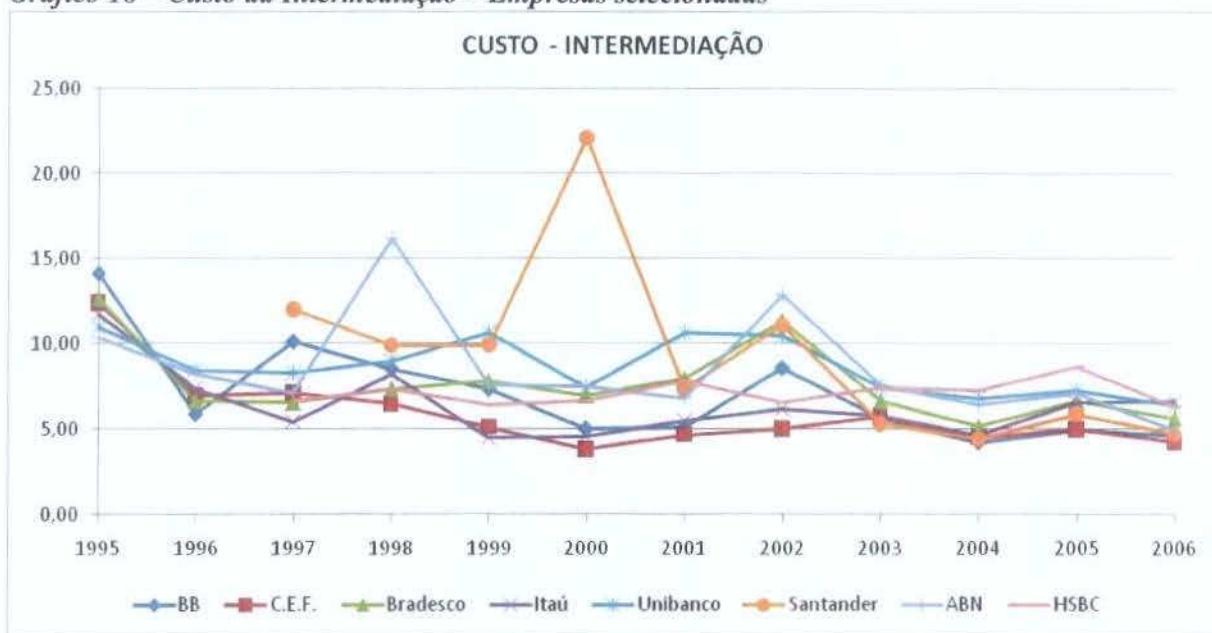


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Geração de Rendas = (RIF / Aplicação Total) * 100

Quanto aos indicadores de custos (gráficos 18, 19 e 20, 21) estes avaliam respectivamente custo da intermediação, custo pessoal, administrativo e total.

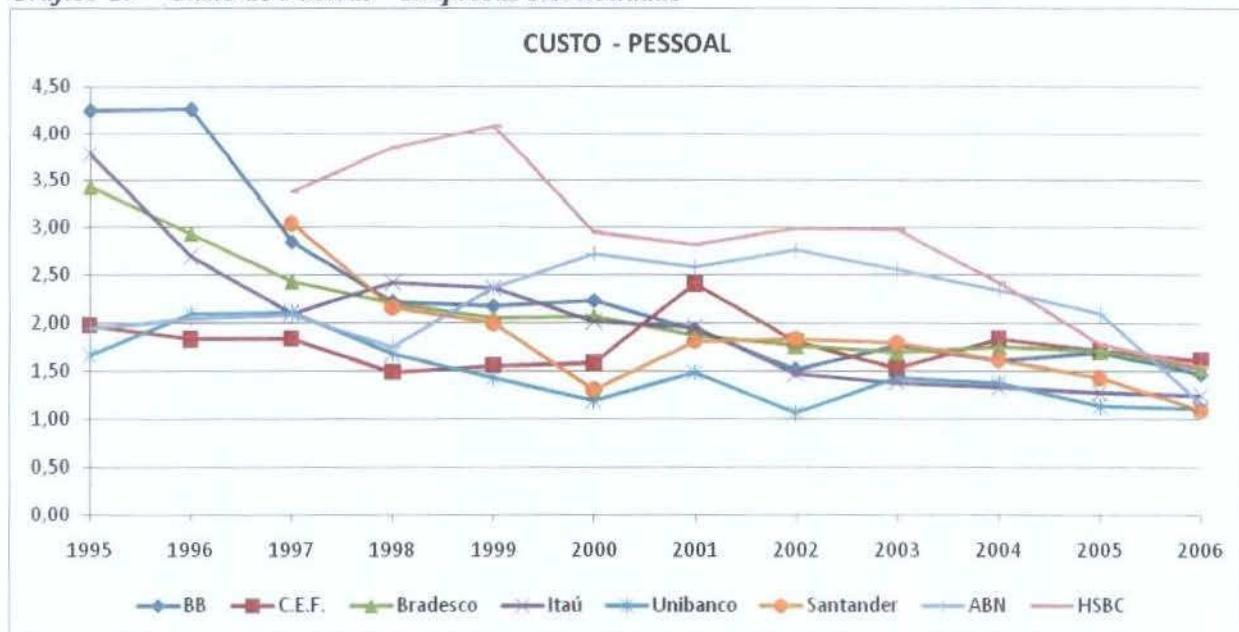
Gráfico 18 – Custo da Intermediação – Empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Intermediação = (DIF / Captação Total) * 100

Gráfico 19 – Custo de Pessoal – Empresas selecionadas

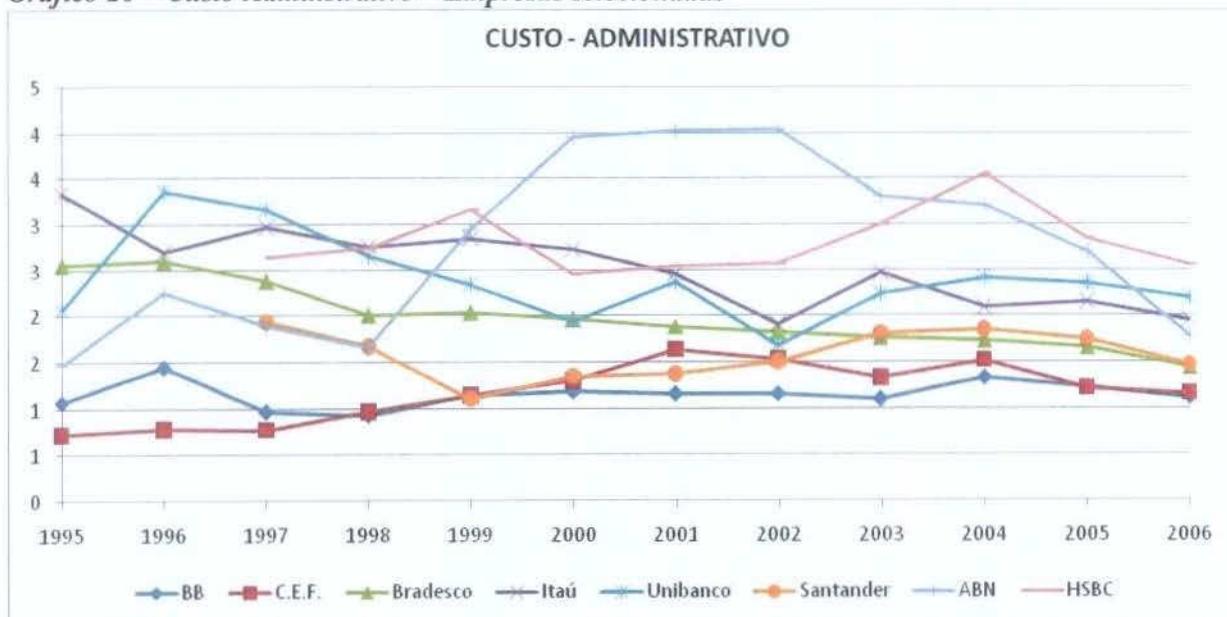


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Pessoal = (Despesa Pessoal / Captação Total) * 100

No que tange ao custo de pessoal, percebe-se que os bancos estrangeiros têm uma desvantagem relativa, evidentemente associada ao processo de adaptação ao mercado local.

Gráfico 20 – Custo Administrativo – Empresas selecionadas

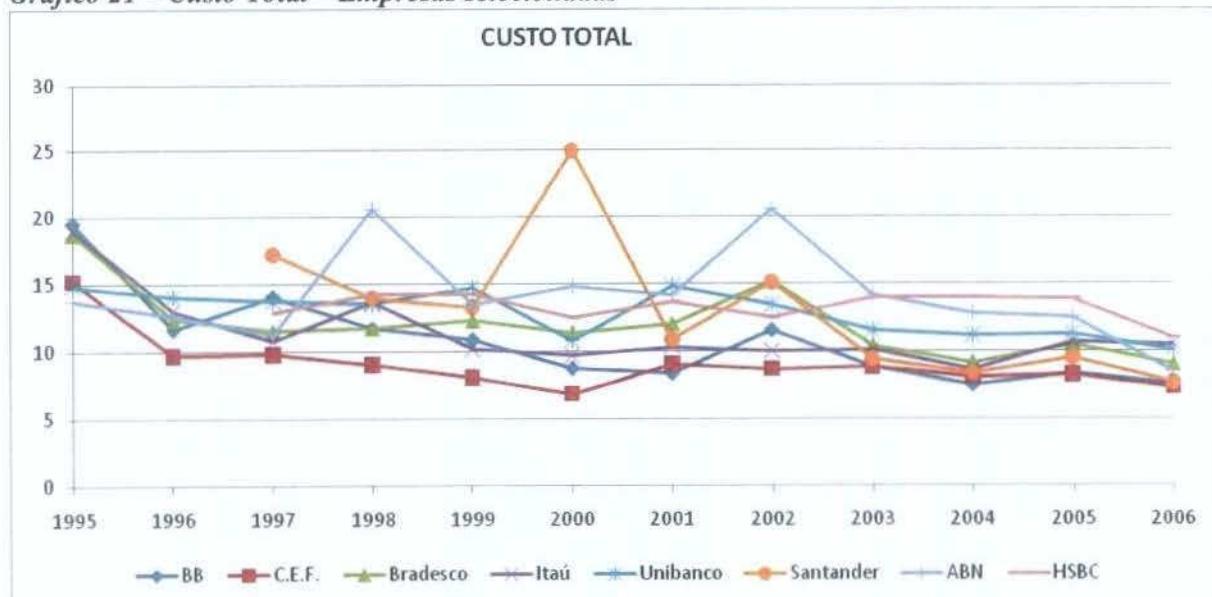


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Administrativo = (Despesas Administrativas / Captação Total) * 100

Também se percebe que o desempenho dos bancos estrangeiros no que se refere ao custo administrativo também é relativamente distinto do padrão nacional (exceção para o banco Santander na amostra).

Gráfico 21 – Custo Total – Empresas selecionadas



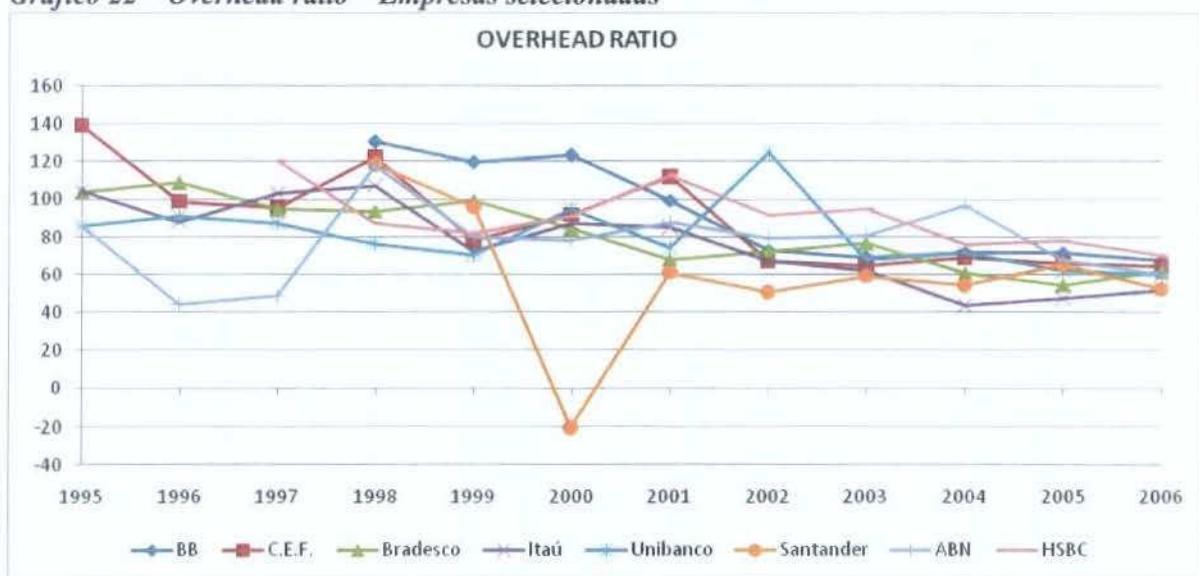
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Total = ((DIF + DPA + Despesa Tributária) / Captação Total) * 100

O gráfico 22 demonstra ainda um outro indicador de custo, o chamado *overhead ratio* que é uma síntese da dissolução da estrutura de custos sobre a base de receitas (despesa pessoal + despesa administrativa)/(resultado da intermediação financeira + receita de

serviços). Verifica-se que o comportamento dos três grupos não dista fortemente. Desta forma, é possível afirmar que os três grupos foram exitosos na gestão da estrutura de custos (sobretudo em função da cobrança dos serviços bancários que se tornam cada vez mais caros).

Gráfico 22 – Overhead ratio – Empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

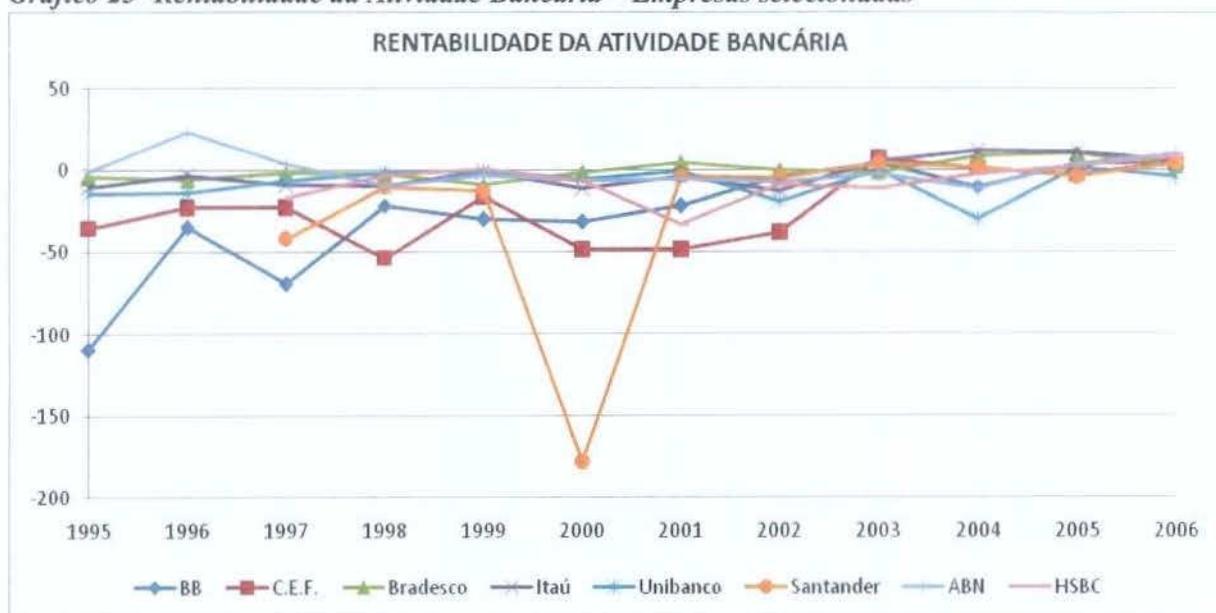
Obs: Excluído dado referente ao ano 2000 do grupo de bancos estrangeiros

$$\text{Overhead Ratio} = ((\text{Despesa Pessoal} + \text{Despesa Administrativa}) / (\text{Resultado da Intermediação Financeira} + \text{Receita de Serviços})) * 100$$

Quando se observa, finalmente, a rentabilidade da atividade bancária² para os três grupos, percebe-se que não há comportamentos fora da média. Isso demonstra que o sistema, altamente concentrado, trabalha com critérios de gestão e com estruturas de preços que são seguidos pelas firmas.

² Basicamente mensurada através do resultado operacional/Patrimônio Líquido.

Gráfico 23- Rentabilidade da Atividade Bancária – Empresas selecionadas

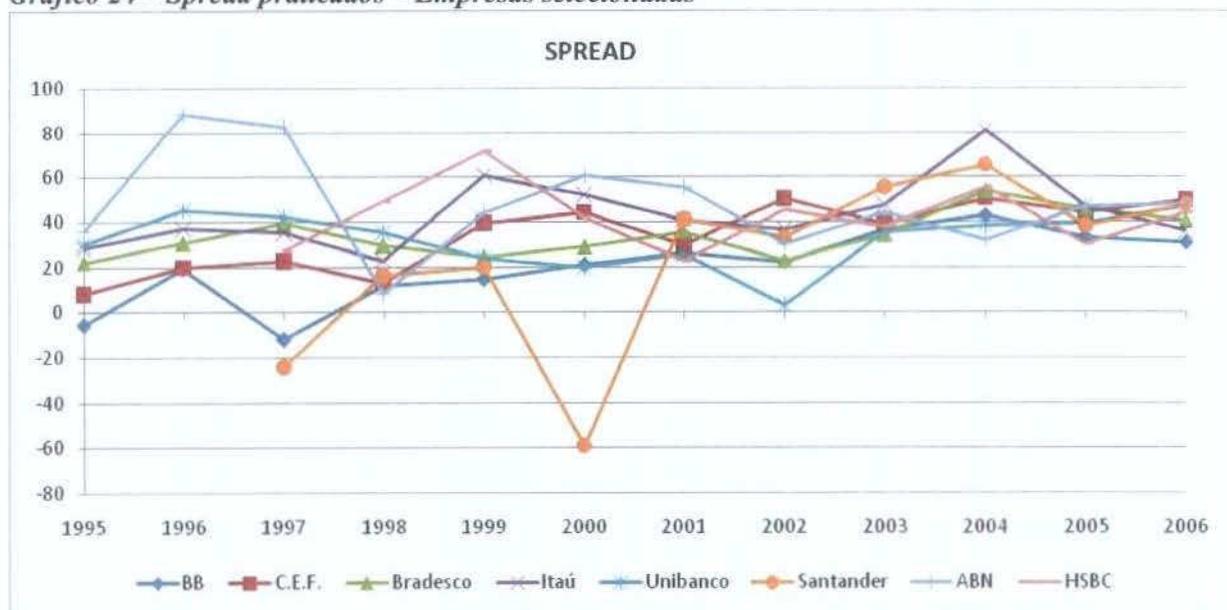


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Rentabilidade da Atividade Bancária = ((Resultado Operacional - Resultado de Participações em Controladas e Coligadas - Outras Receitas) / Patrimônio Líquido) * 100

O comportamento similar seguido pelos três grupos pode também ser visto quando se avalia o spread que as empresas praticam. Ver gráficos 24 e 25 que seguem.

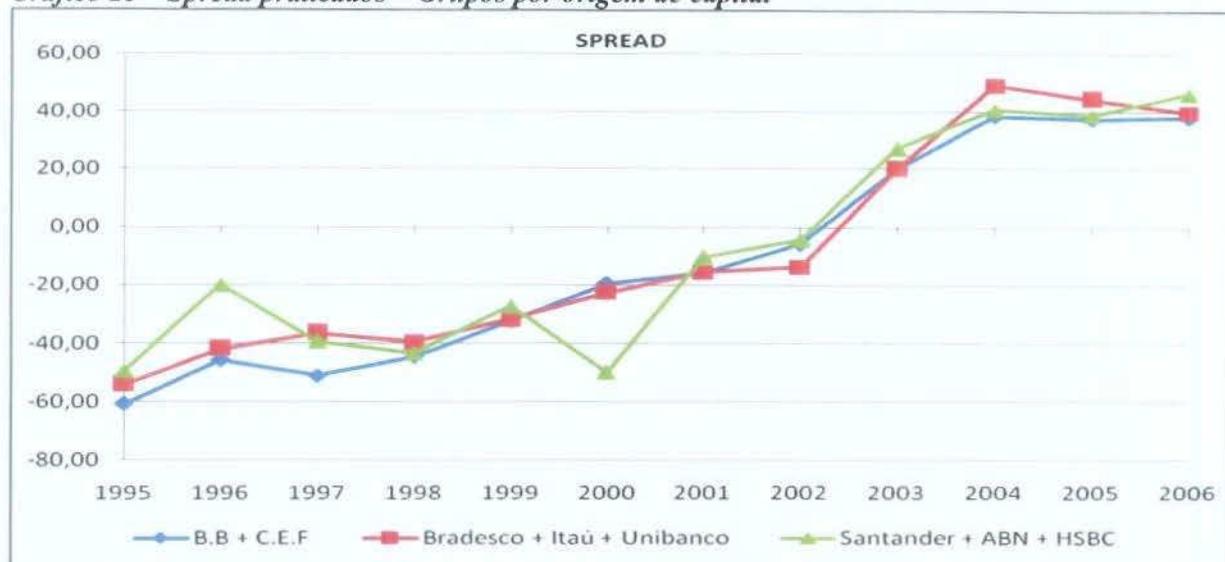
Gráfico 24 – Spread praticados – Empresas selecionadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Spread = (((1+Geração de Renda) / (1+Custo de Intermediação)) - 1) * 100

Gráfico 25 – Spread praticados – Grupos por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

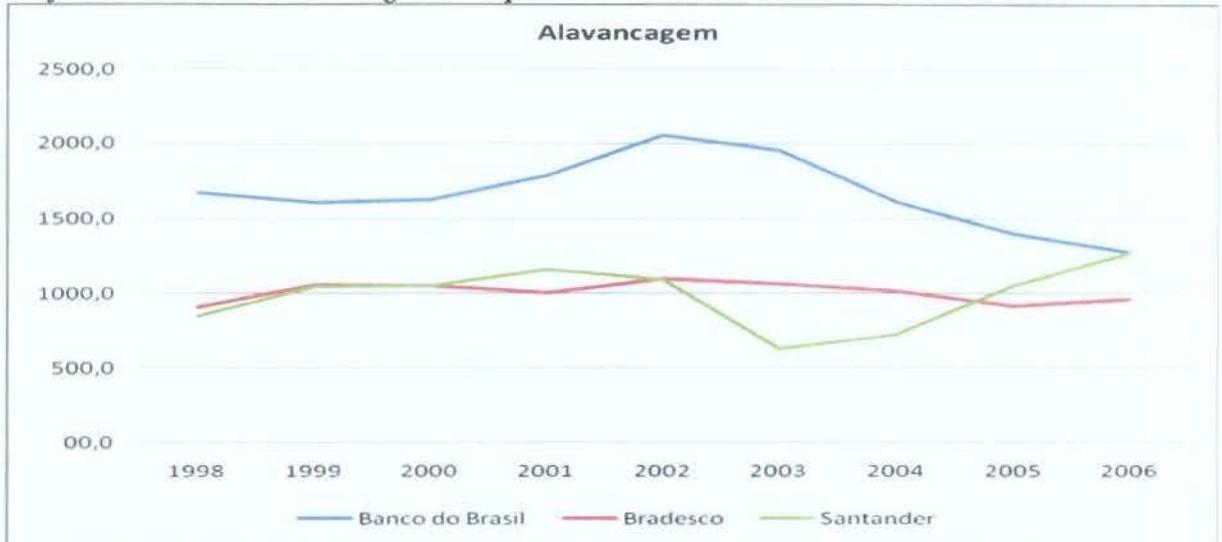
Obs: Spread = $\left(\frac{1 + \text{Geração de Renda}}{1 + \text{Custo de Intermediação}} \right) - 1 \cdot 100$

Finalmente, o último indicador de eficiência é o que avalia o grau de alavancagem das operações (para tanto, divide-se o passivo total menos o patrimônio líquido pelo patrimônio líquido). É um indicador importante porque demonstra o grau de agressividade da instituição, uma vez que expressa a capacidade de giro da firma sem ter que aumentar na mesma proporção o seu capital próprio: Em outras palavras, mede a capacidade de alavancar posições ativas com recursos de terceiros. Evidentemente, quanto maior o grau de alavancagem, maior o risco assumido pela instituição.

O gráfico 26 demonstra que as instituições bancárias públicas trabalham fortemente alavancadas e isso significa que estes bancos estão sujeitos a um maior risco comparativamente aos outros bancos. A amostra somente com o Banco do Brasil é mais que suficiente para justificar tal posicionamento.

O posicionamento mais conservador dos bancos estrangeiros (representada pelo Santander) em meados da série se explica, sobretudo, por um momento desfavorável no período, com as crises asiáticas (1997) e russa (1998) que acabaram por levar aos bancos internacionalmente ativos a assumirem posturas mais defensivas devido à preocupação de uma possível perda de valor em dólar dos ativos denominados em reais. Ademais, foi recente a entrada do Banco no período e é natural que seu posicionamento seja de menor exposição possível ao risco, dado o pouco conhecimento do ambiente.

Gráfico 26 – Grau de Alavancagem – Empresas selecionadas



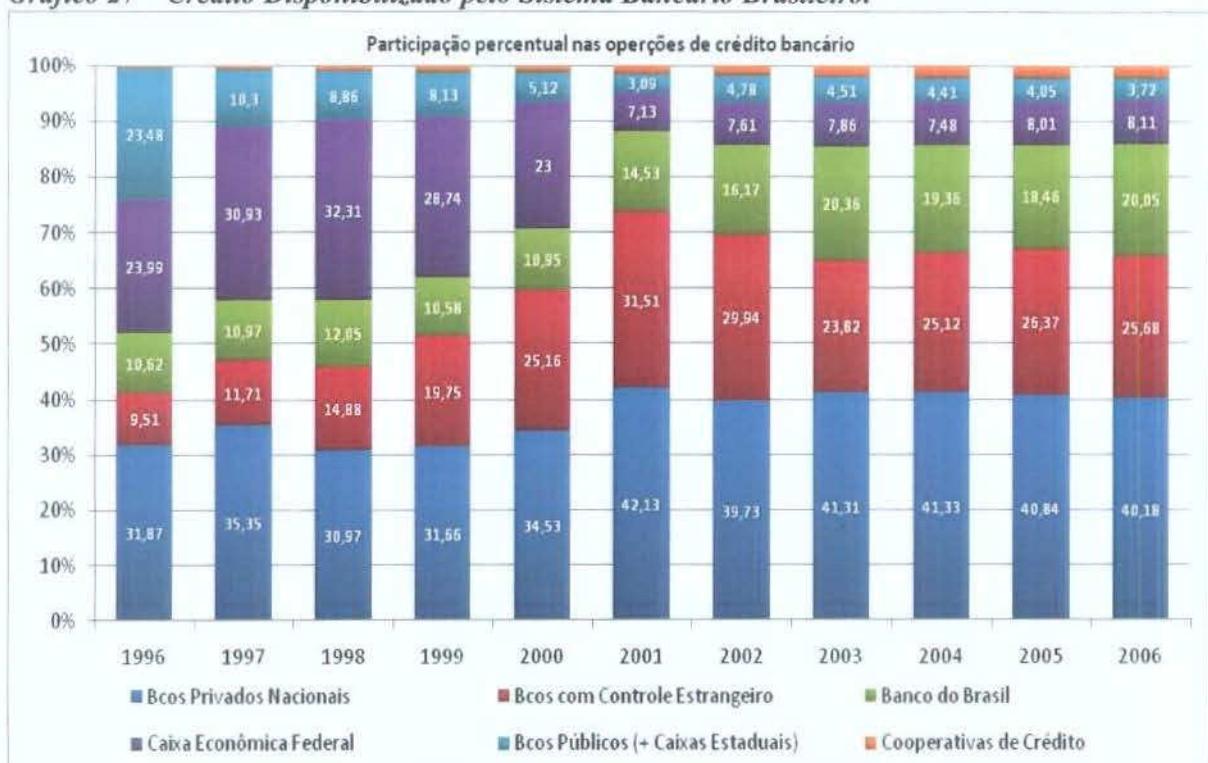
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Alavancagem $((\text{Captação Total} - \text{Carteira de Terceiros}) / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$

Todos esses indicadores analisados demonstram que não houve estratégias muito distintas entre os grupos de firmas analisados. Em termos de eficiência microeconômica, verifica-se que o sistema financeiro brasileiro apresenta solidez e resultados expressivos quanto à sua capacidade de geração de lucros.

No que diz respeito a sua eficiência em termos macroeconômicos, um dos caminhos para análise é buscar avaliar a participação dos grupos selecionados no total de crédito ofertado na economia brasileira. O gráfico 27 demonstra que a importância dos bancos públicos na concessão de crédito para a economia brasileira é determinante. O argumento oficial de que os bancos estrangeiros seriam mais eficientes na concessão de crédito parece não encontrar respaldo nos números avaliados. Os bancos estrangeiros respondem por uma parcela importante de crédito não porque sejam mais eficientes no processo de oferta de recursos. A média de 25% do crédito ofertado que é responsabilidade dos bancos estrangeiros se explica sobretudo porque hoje eles detêm mais ou menos essa proporção do market share.

Gráfico 27 – Crédito Disponibilizado pelo Sistema Bancário Brasileiro.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Em suma, verifica-se que no período em análise houve mudanças decisivas no sistema bancário brasileiro. O ingresso de bancos estrangeiros no SFN Brasileiro se estruturou em aquisições de instituições bancárias domésticas que não foram capazes de se recuperar da crise do setor na década de 1990; Nesse processo ganha destaque os bancos públicos estaduais que em decorrência da queda de seu valor de mercado, tornaram-se muito atraentes nas privatizações o que viabilizou o rápido crescimento de market share dos bancos estrangeiros.

Esse processo gerou um movimento de reação dos bancos privados nacionais que passaram a também participar de F&A para melhor se posicionarem no mercado doméstico.

Ao permitir o ingresso de bancos estrangeiros, o governo esperava que seus comportamentos e eficiências bancárias fossem também importados da matriz, de forma que se acirrasse a competição doméstica e exigisse dos bancos nacionais operação mais eficiente e expansão de suas atividades. Portanto, conclui-se que a EM n°. 311 apresentada pelo governo que defendia que o ingresso dos bancos estrangeiros levaria a queda da taxa de juros e expansão do crédito não foi comprovada na prática.

No que se refere a análise dos índices operacionais e de eficiência, pelo menos no mercado brasileiro verificou-se que o grupo que se destaca é o dos bancos nacionais privados, em contraposição as instituições bancárias internacionais.

Conclusão

O processo de consolidação bancária internacional foi decisivo nas transformações do sistema financeiro brasileiro quando de sua desnacionalização em momento de crise bancária na implementação do Plano Real.

Houve considerável redução do número de instituições financeiras, e aumento da concentração bancária, no entanto com relativa estabilidade na participação de ativos por parte dos bancos privados nacionais e Banco do Brasil, mesmo enfrentando o forte aumento de *market share* dos bancos estrangeiros (que corroeu a participação dos bancos públicos estaduais), evidenciando assim, que o processo de consolidação bancária no mercado brasileiro apresenta participação ativa dos bancos domésticos.

O Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal ainda são utilizados como instrumento de política econômica do governo, no entanto, gradualmente incorporam práticas operacionais semelhantes às dos bancos privados, proporcionando-lhes melhora de eficiência no período observado, particularmente em momentos de estabilidade econômica livres de excepcionalidades.

O ingresso dos bancos estrangeiros era defendido como um fator de internalização das práticas de gestão e eficiência praticadas em outros mercados, no entanto, os indicadores não permitem tal afirmação. O desempenho destes bancos não supera o dos bancos privados nacionais. Ainda passam por processo de adaptação ao mercado local, como na gestão de custos.

Porém, sua gestão de ativos já se adequou ao mercado brasileiro com alta participação de títulos públicos na composição de sua carteira em detrimento da esperada expansão creditícia e redução significativa do spread; sua participação na oferta de crédito no sistema financeiro, expressa apenas sua participação relativa de ativos, não se diferenciando dos bancos privados nacionais; os bancos públicos, por outro lado, são os que relativamente mais se expõe ao crédito, como era esperado.

Há de se notar, porém, que a atuação dos bancos privados induziu o acirramento concorrencial que, além da concentração bancária, promoveu ganhos de eficiência em todo o setor, independentemente da origem do controlador. Os bancos privados nacionais merecem

destaque por apresentarem os melhores índices de eficiência microeconômica na gestão de custos e na criação de lucros.

Essas mudanças induzidas pela consolidação bancária nacional tornaram o sistema financeiro mais sólido e estável, conglomerados nacionais e estrangeiros possuem grande capilaridade no mercado nacional, captação eficiente e progressiva diversificação de serviços. Adaptados aos coeficientes do índice de Basileia e com eficiência operacional, os bancos atuantes no Brasil se mostram aptos a enfrentar com maior segurança eventuais choques econômicos, decorrendo em maior estabilidade ao sistema financeiro quando comparados há uma década.

Referências Bibliográficas

- ARONOVICH, S. Reestruturação Bancária Internacional: experiência recente e possíveis desdobramentos. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 195-226, 1999.
- BASILE, J. Cade vê baixa concentração no país, Valor Econômico, São Paulo, 02 jan. 2008, Caderno Finanças, p. 01
- BELLUZZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, nº 4: p. 11-20. Campinas, jun. 1995.
- BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, L. G. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, v. 1, n. 11, p. 137-150, 1999.
- CARNEIRO, R. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, p.57-92, dez. 1999.
- CARVALHO, F. J. C. et al. Teorias de Alocação de Portifólio. In: **Economia Monetária E Financeira**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Cap. 19, p. 359-377.
- CARVALHO, C. E., STUDART, R. e ALVES JR, A. J. Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente. Texto para discussão, 882, IPEA. Brasília, maio de 2002.
- CINTRA, M. A. M. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) – Unicamp. Política Econômica em Foco, n. 7 – nov./2005-abr./2006.
- FARHI, M. Derivativos financeiros: *hedge*, especulação e arbitragem. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, p.93-114, dez. 1999.
- FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. Restauração do sistema brasileiro internacional países periféricos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, p.15-31, abr/jun 2002.
- OLIVEIRA, G. C.; CARVALHO, C. E. O componente “custo de oportunidade” do *spread* bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p.371-404, dez. 2007.
- MAIA, G. V. S. Reestruturação bancária no Brasil: O caso do PROER, Notas Técnicas do Banco Central, nº38, Junho de 2003.

MENDONÇA, A. R. R. Regulação prudencial e redes de proteção: transformações recentes no Brasil. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, Campinas, n. 8, p.36-51, jan/jun 2006.

OSHIRO, R. A. Uma Avaliação do Sistema Financeiro: A Importância do Mercado de Crédito e do Mercado de Capitais no Brasil, 2007.

PAULA, L. F. R.; ALVES JÚNIOR, A. J. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. **Revista Análise Econômica**, Rio de Janeiro, n. 39, p.137-162, 1998.

PAULA, L. F. R.; ALVES JR., A. J.; MARQUES, M. B. L. Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). *Est. Econ.*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-319, abr-jun 2001.

PAULA, L. F. R. Consolidação bancária: Tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Européia. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 731-760, 2002a.

PAULA, L. F. R. Bancos Europeus no Brasil: razões e resultados da onda recente. 2002b. Site: www.brazil.ox.ac.uk

PAULA, L. F. e MARQUES, M. B. L. Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Mundo e no Brasil. Texto originalmente apresentado no IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, Jun. 2004.

ROCHA, F. A. S. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000). 11. ed. Brasília, 2001. 40 p. 1519-7212. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTécnicas/Port/2001nt11concentbanpc.pdf>. Acesso em: 20/10/2008.

RUBENS NETO, M. M.; ARAUJO, V. L. F. C. Instabilidade Internacional e Hegemonia: Notas Sobre a Evolução Do Sistema Monetário Internacional. In: III Congresso de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2006, São Paulo. III Congresso de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2006.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p.237-256, jul/dez. 2002.

STUDART, R. Estado, mercados e o financiamento do desenvolvimento: Algumas considerações. **Brasil em Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, 25 p., 2003.

VIDOTTO, C. A. . Reestruturação patrimonial e financeira dos bancos federais e trajetória econômica nos anos noventa. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica - 6a. Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu (MG). Anais / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

VIDOTTO, C. A. Reforma dos bancos federais brasileiros: programa, base doutrinária e afinidades teóricas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p.57-84, jan/jun. 2005.

VIDOTTO, C. A. O PROER no centro da reestruturação bancária brasileira. 2005b.

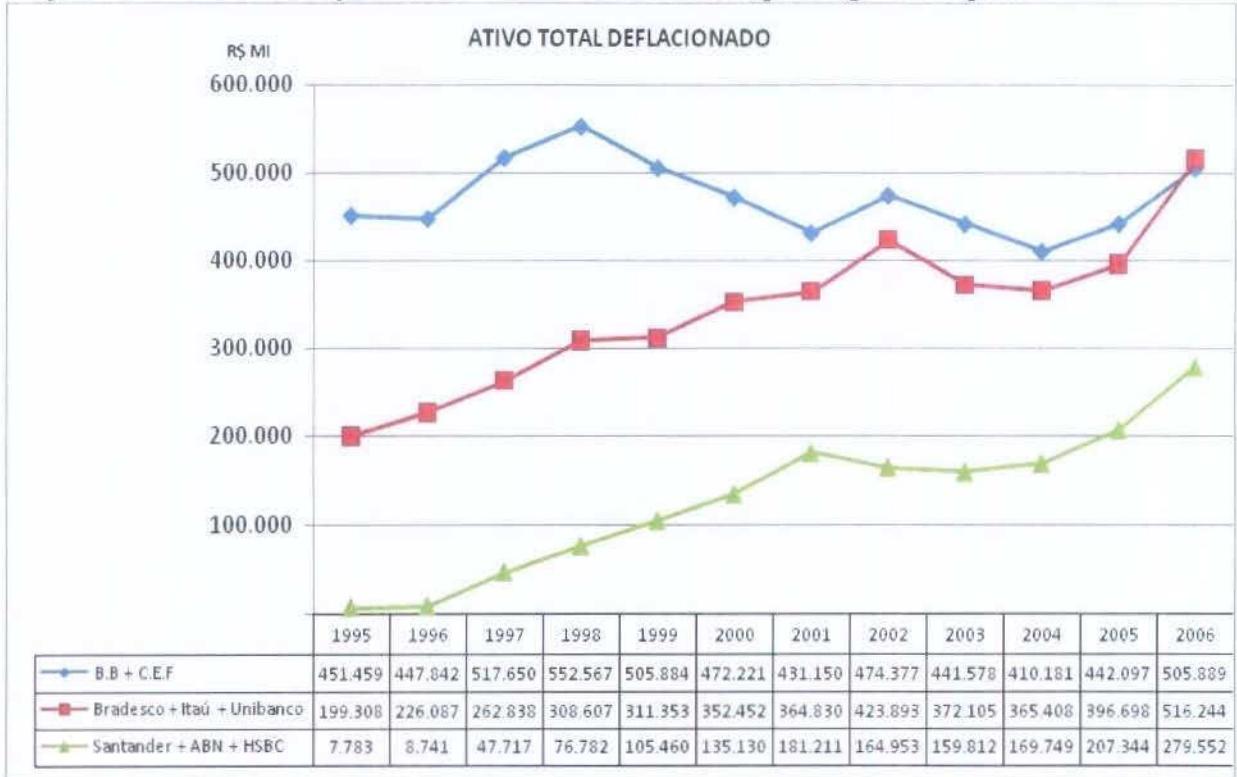
Site: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD172_vf.pdf

Sites:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Site: www.bcb.gov.br

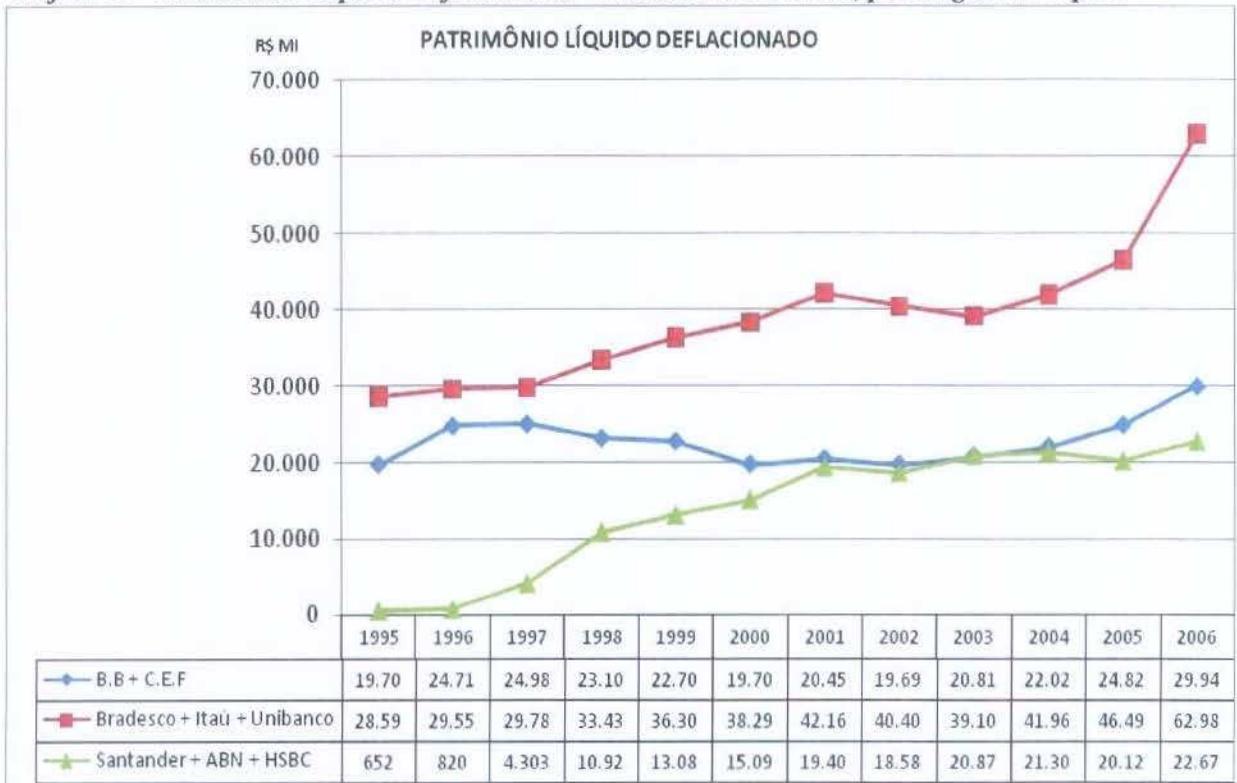
Apêndice

Gráfico 28 – Ativo Total Deflacionado – Bancos selecionados, por origem de capital



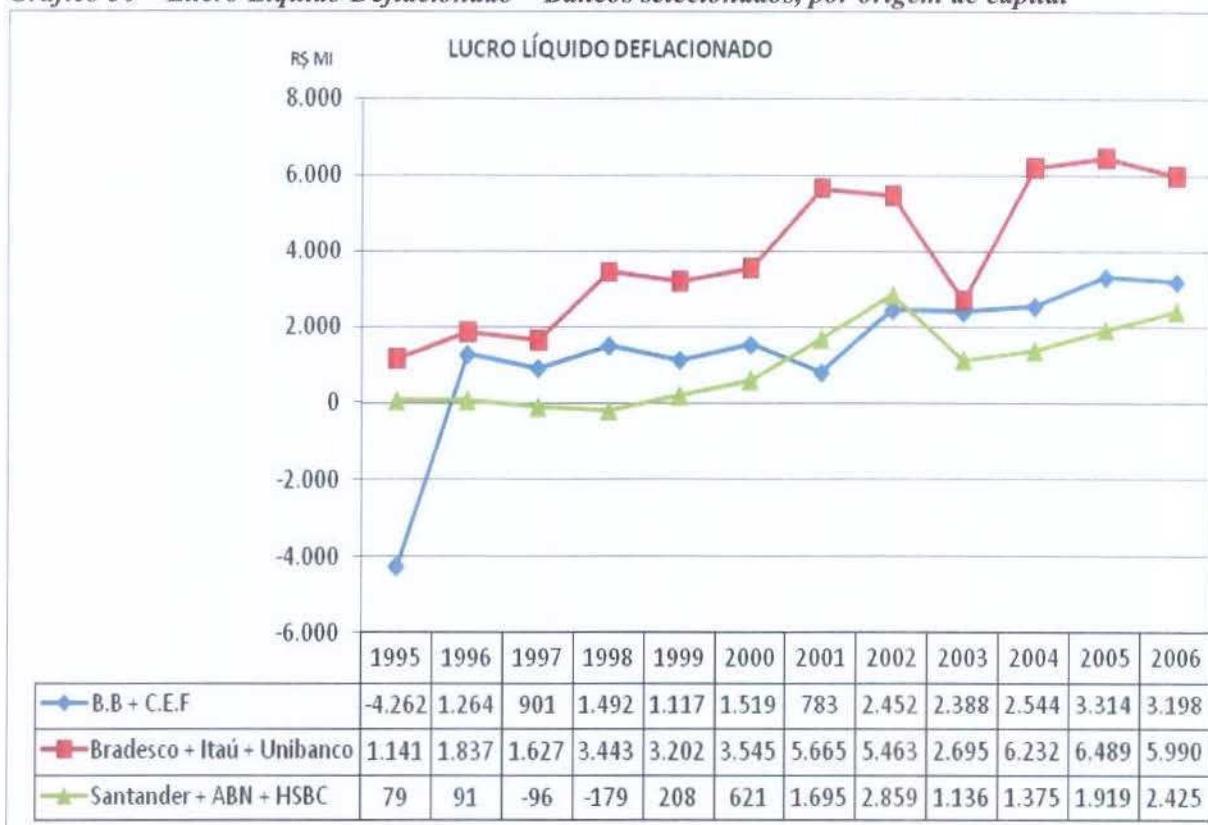
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Gráfico 29 – Patrimônio Líquido Deflacionado – Bancos selecionados, por origem de capital



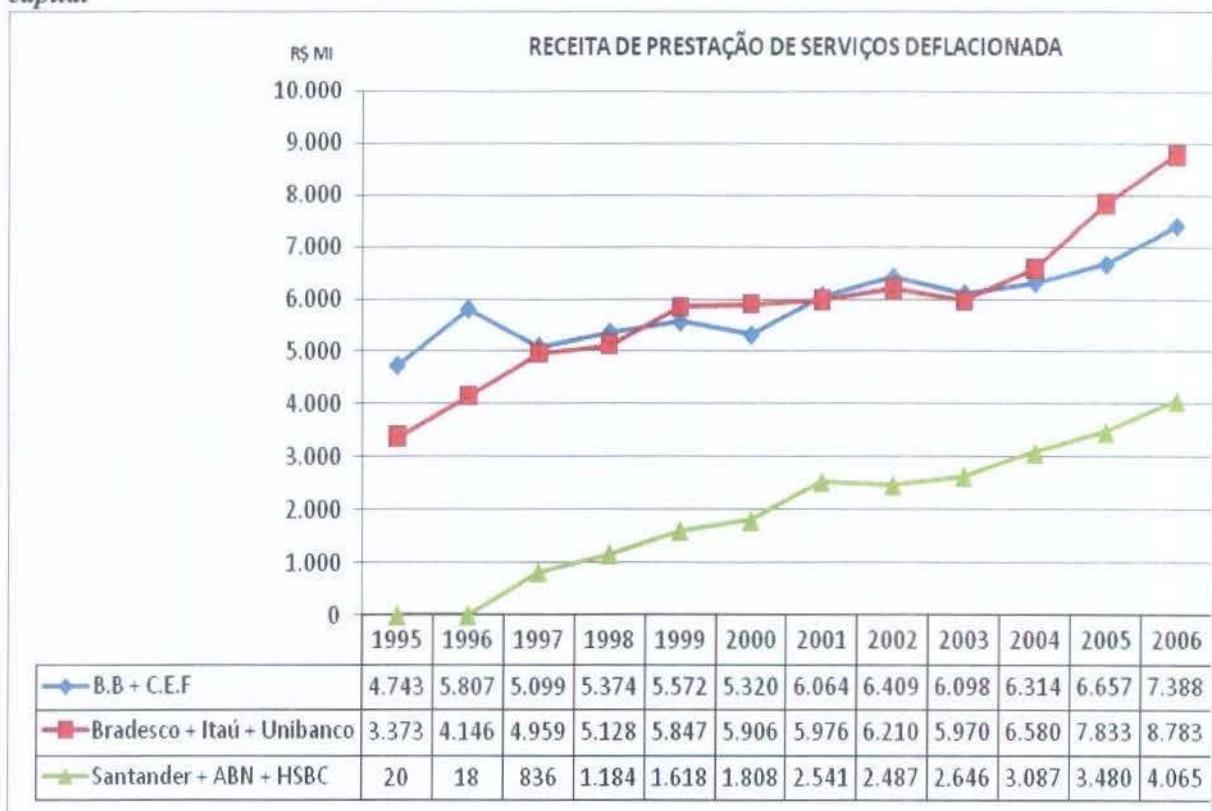
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Gráfico 30 – Lucro Líquido Deflacionado – Bancos selecionados, por origem de capital



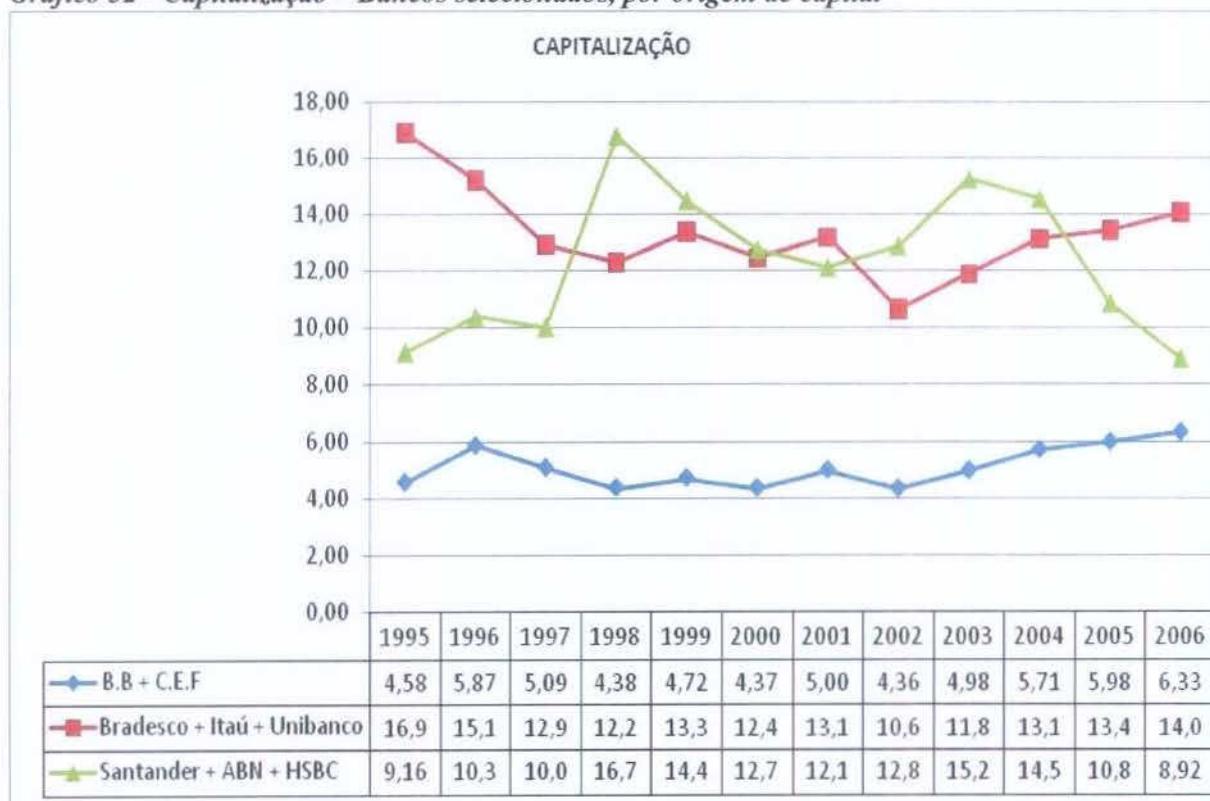
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Gráfico 31 – Receita de Prestação de Serviços Deflacionada – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

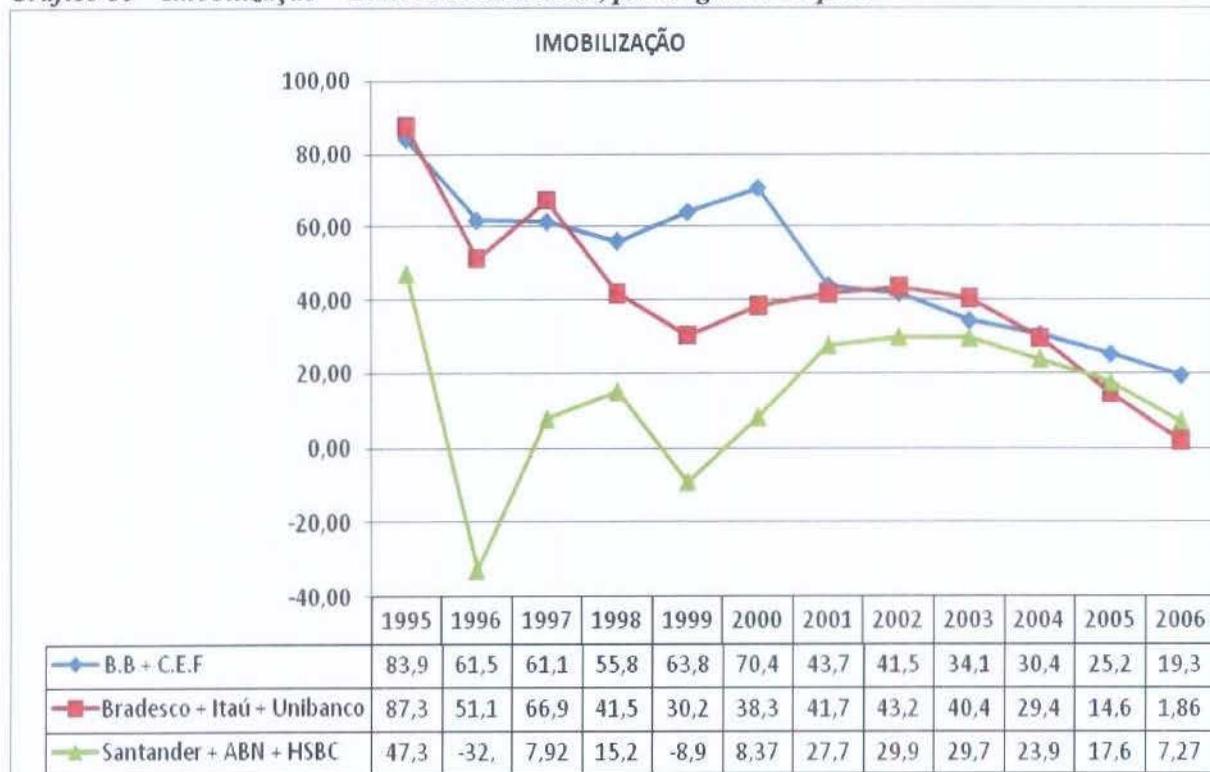
Gráfico 32 - Capitalização – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Capitalização = (Patrimônio Líquido / Captação Total) * 100

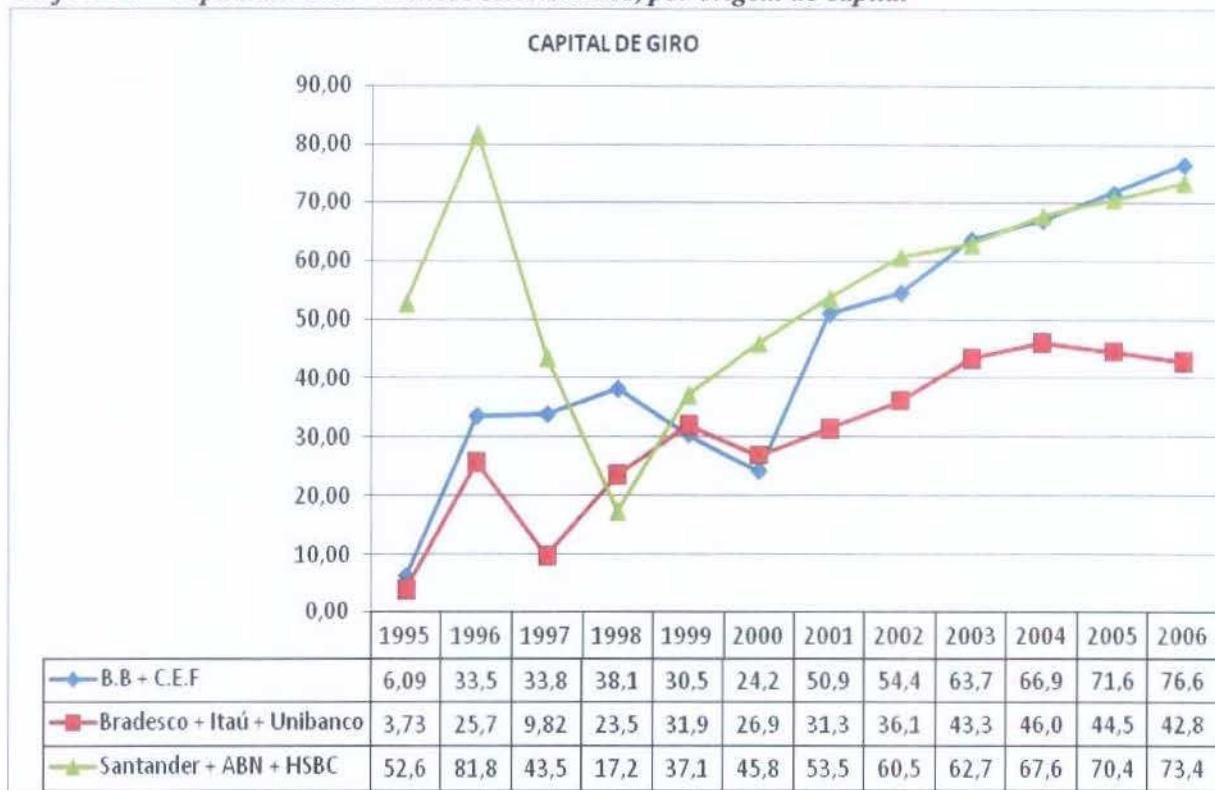
Gráfico 33 - Imobilização – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Imobilização = ((Ativo Permanente – Imobilizado de Arrendamento) / Patrimônio Líquido) * 100

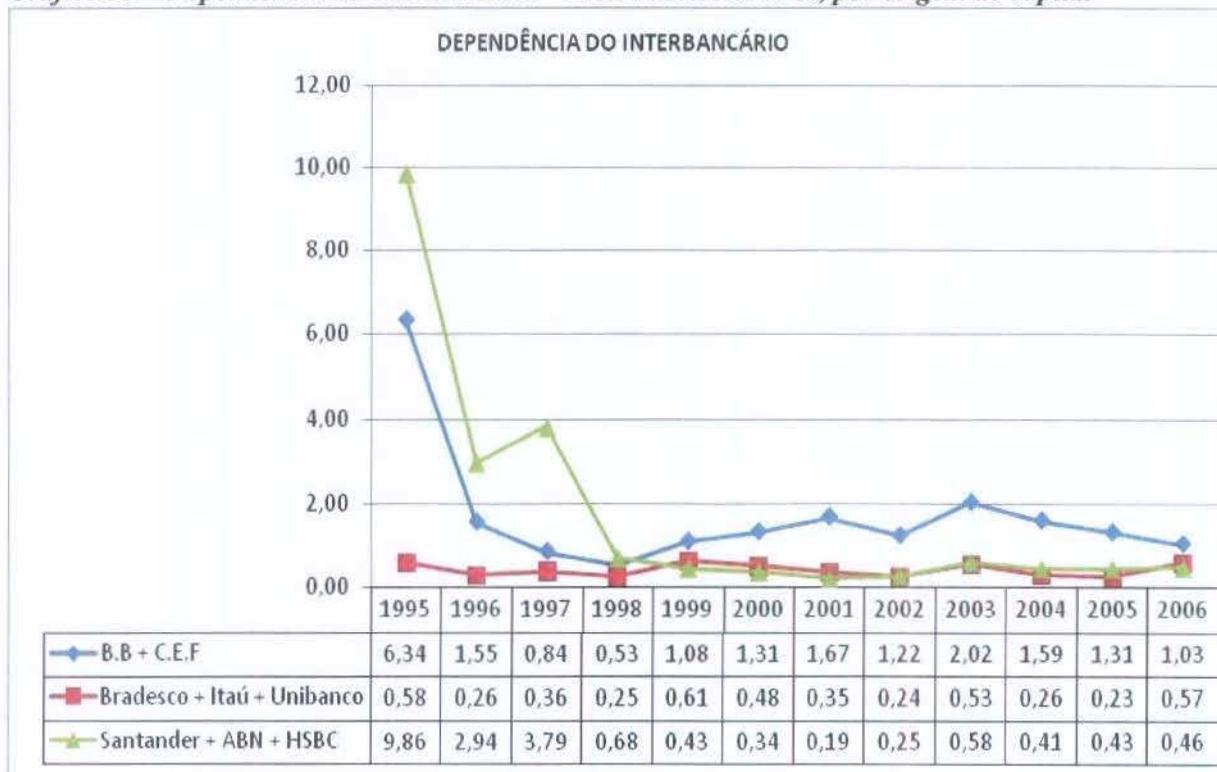
Gráfico 34 – Capital de Giro – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Capital de Giro = ((Patrimônio Líquido - Ativo Permanente) / Patrimônio Líquido) * 100

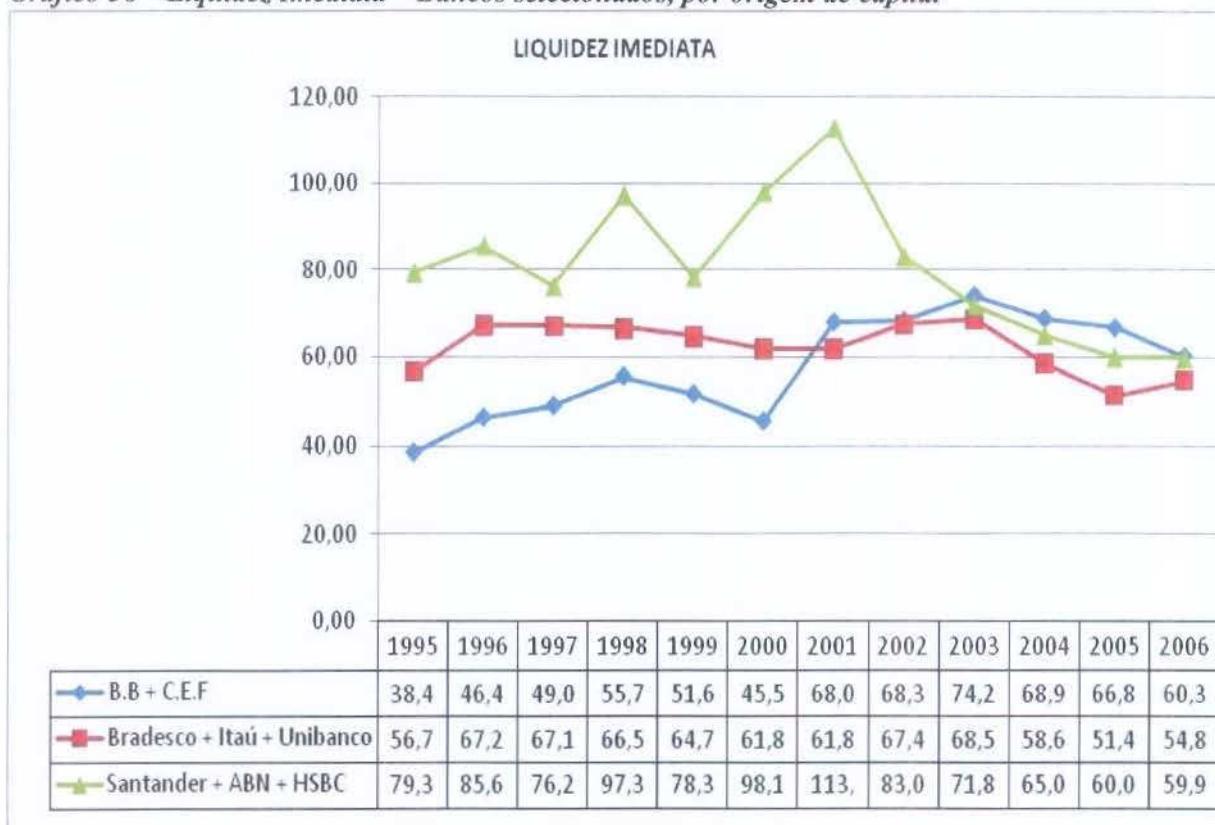
Gráfico 35 – Dependência do Interbancário – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Dependência do Interbancário = (Depósitos Interbancários / Captação Total) * 100

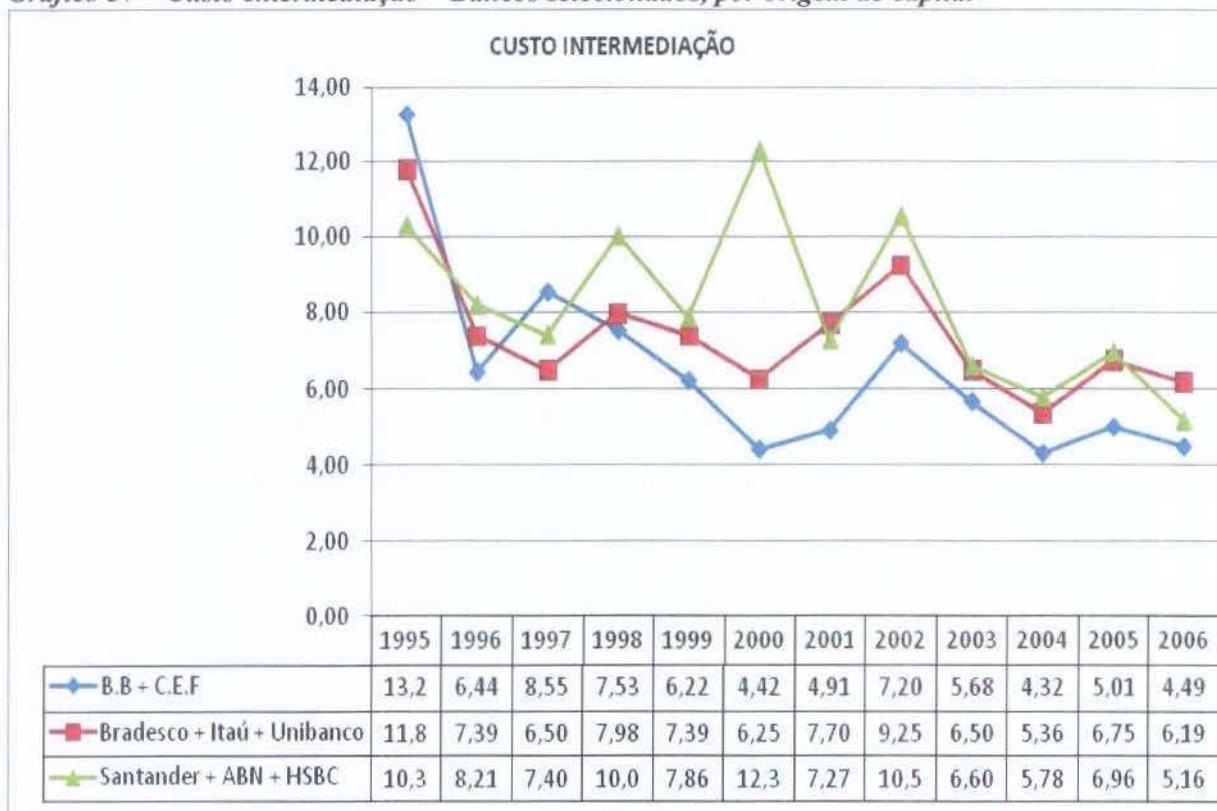
Gráfico 36 – Liquidez Imediata – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Liquidez Imediata=(Disponibilidades+AIL+TVM / Depósitos Totais + Captação no Mercado Aberto) *100

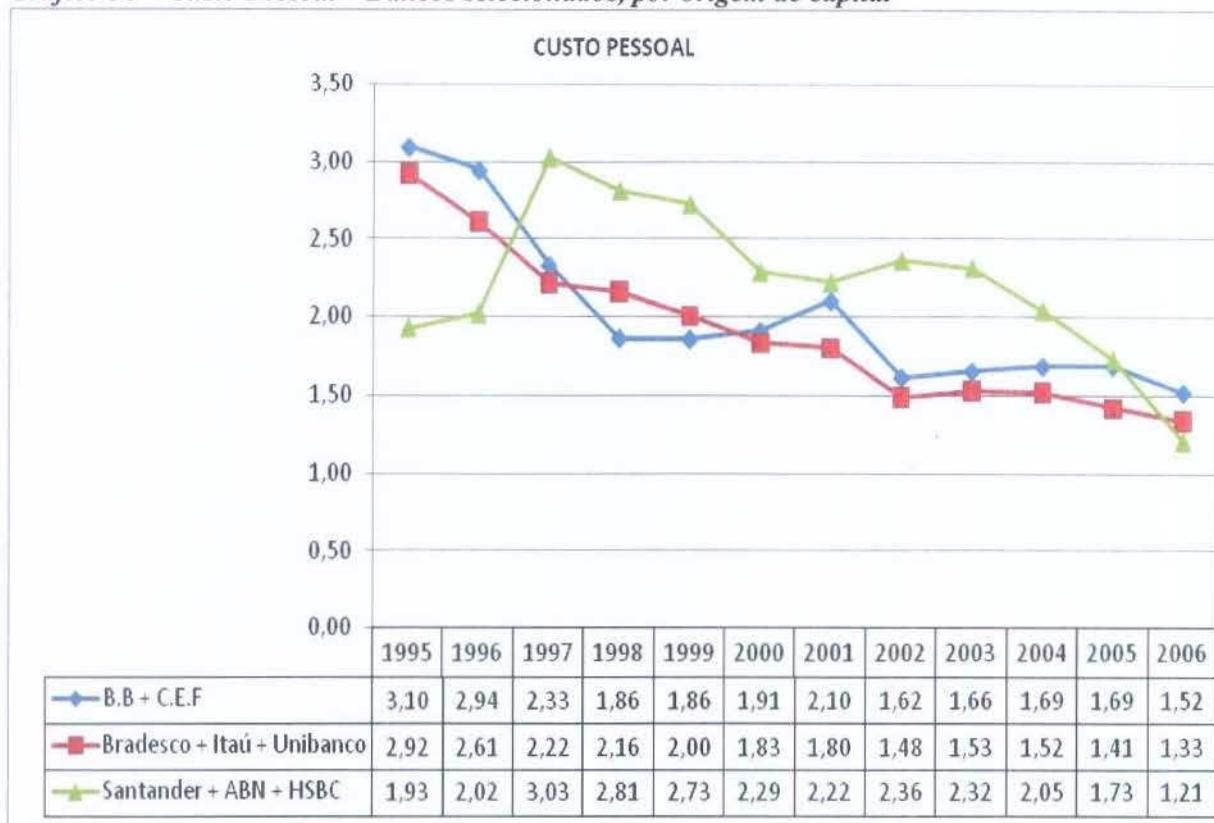
Gráfico 37 – Custo Intermediação – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Intermediação = (DIF / Captação Total) * 100

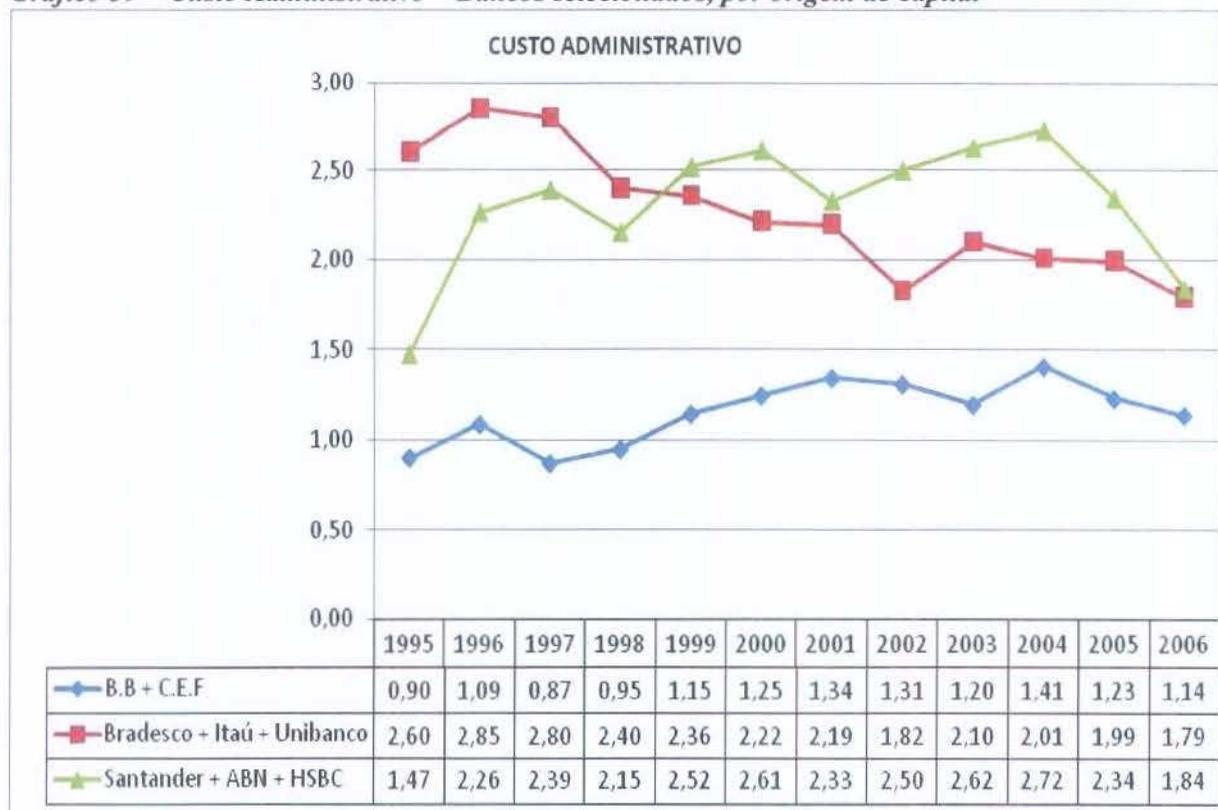
Gráfico 38 – Custo Pessoal – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Pessoal = (Despesa Pessoal / Captação Total) * 100

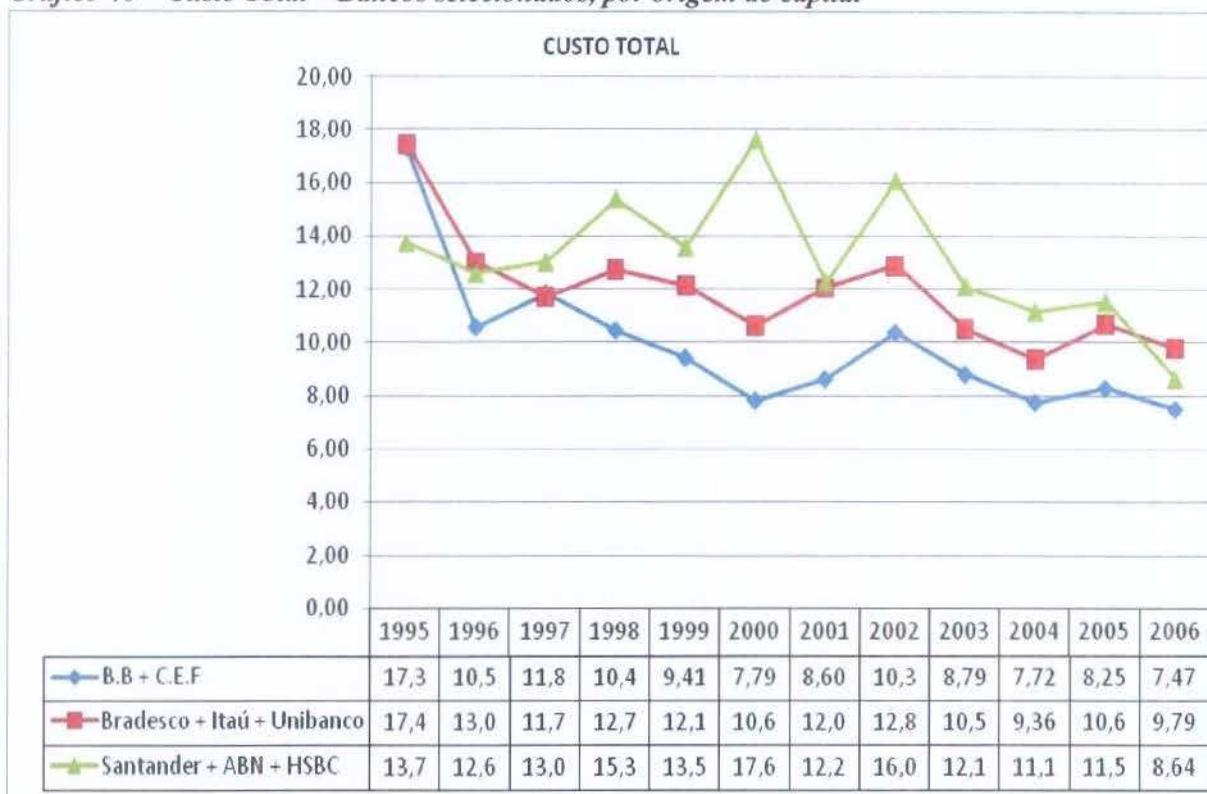
Gráfico 39 – Custo Administrativo – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Administrativo = (Despesas Administrativas / Captação Total) * 100

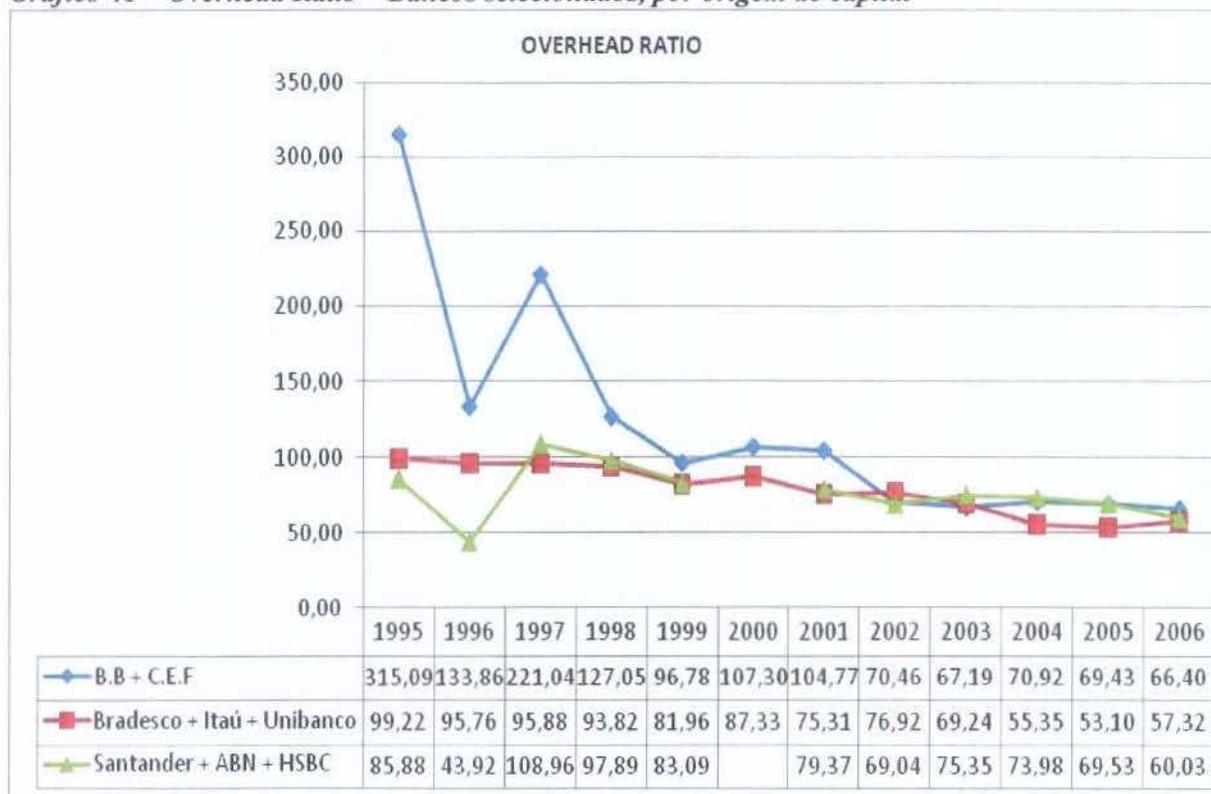
Gráfico 40 – Custo Total – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Custo Total = ((DIF + DPA + Despesa Tributária) / Captação Total) * 100

Gráfico 41 – Overhead Ratio – Bancos selecionados, por origem de capital

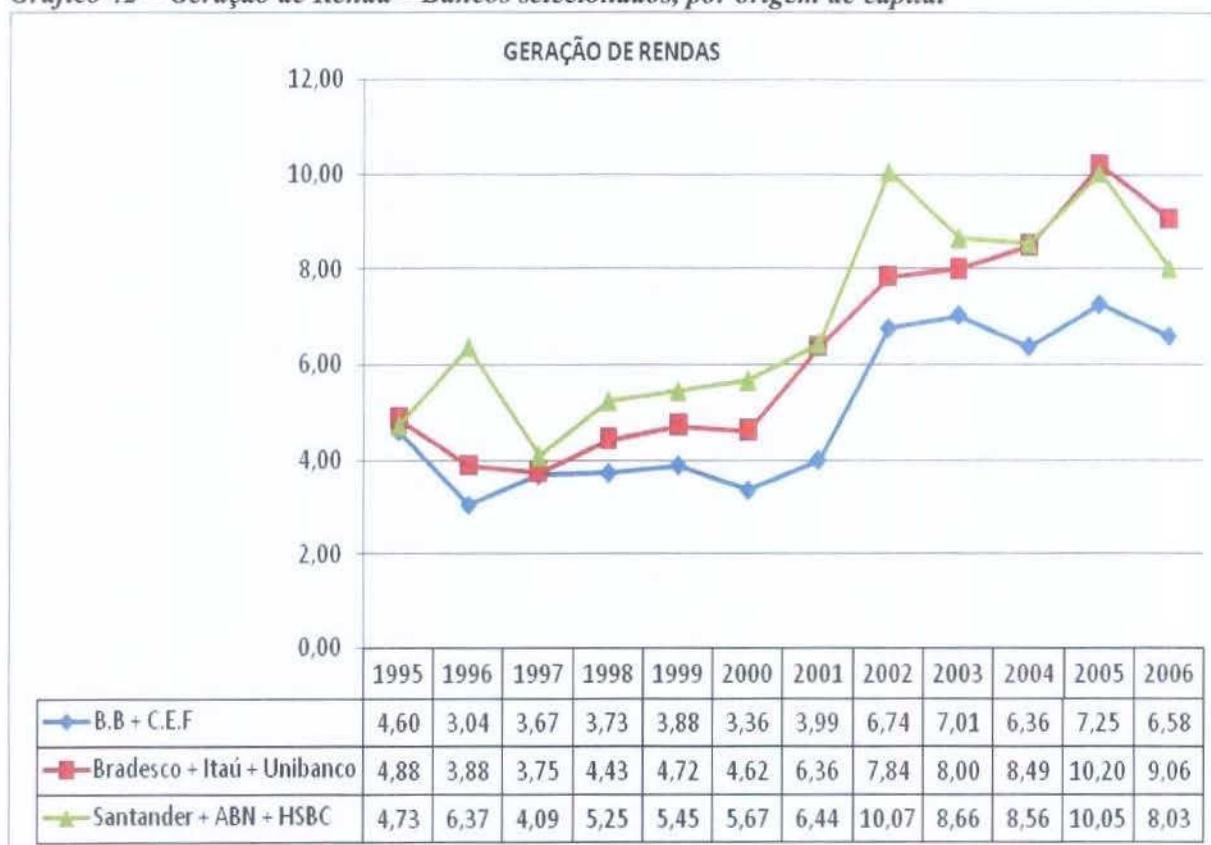


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Excluído dado referente ao ano 2000 do grupo de bancos estrangeiros

Overhead Ratio = ((Despesa Pessoal + Despesa Administrativa) / (Resultado da Intermediação Financeira + Receita de Serviços)) * 100

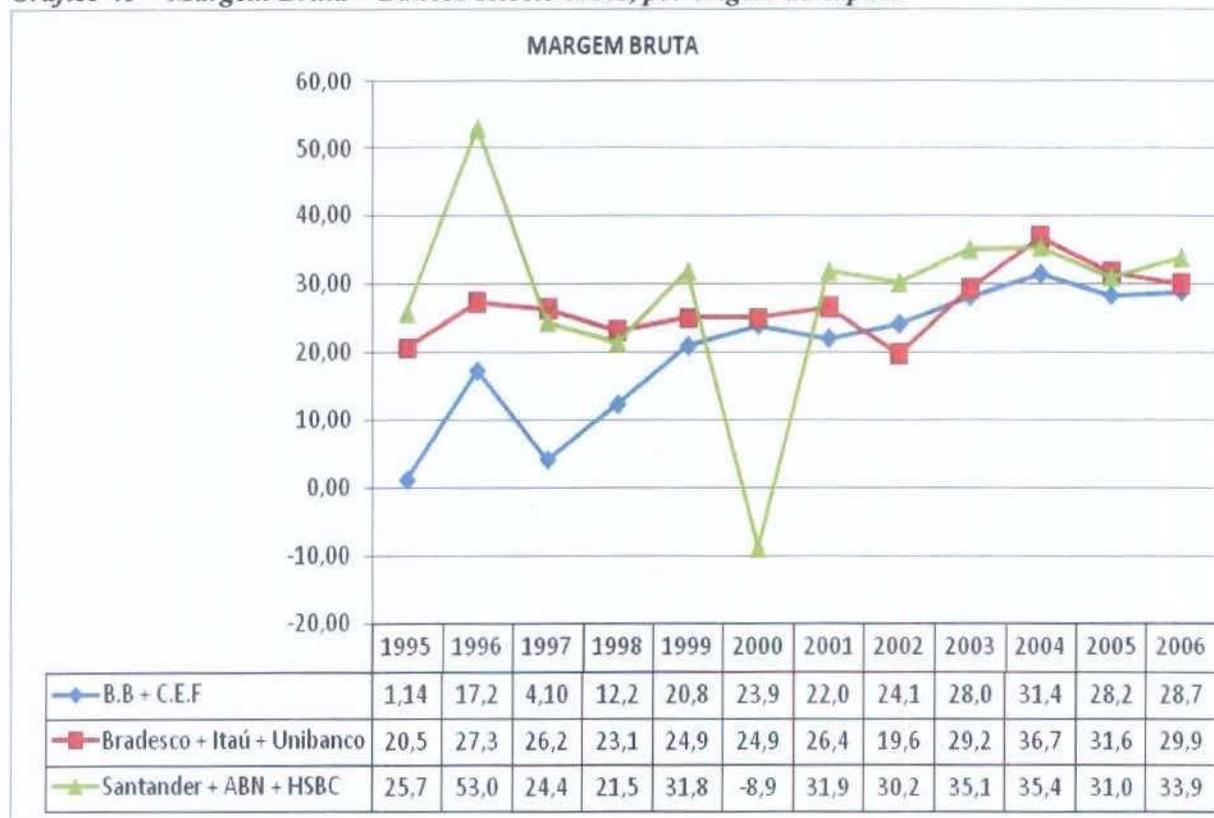
Gráfico 42 – Geração de Renda – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Geração de Rendias = (RIF / Aplicação Total) *100

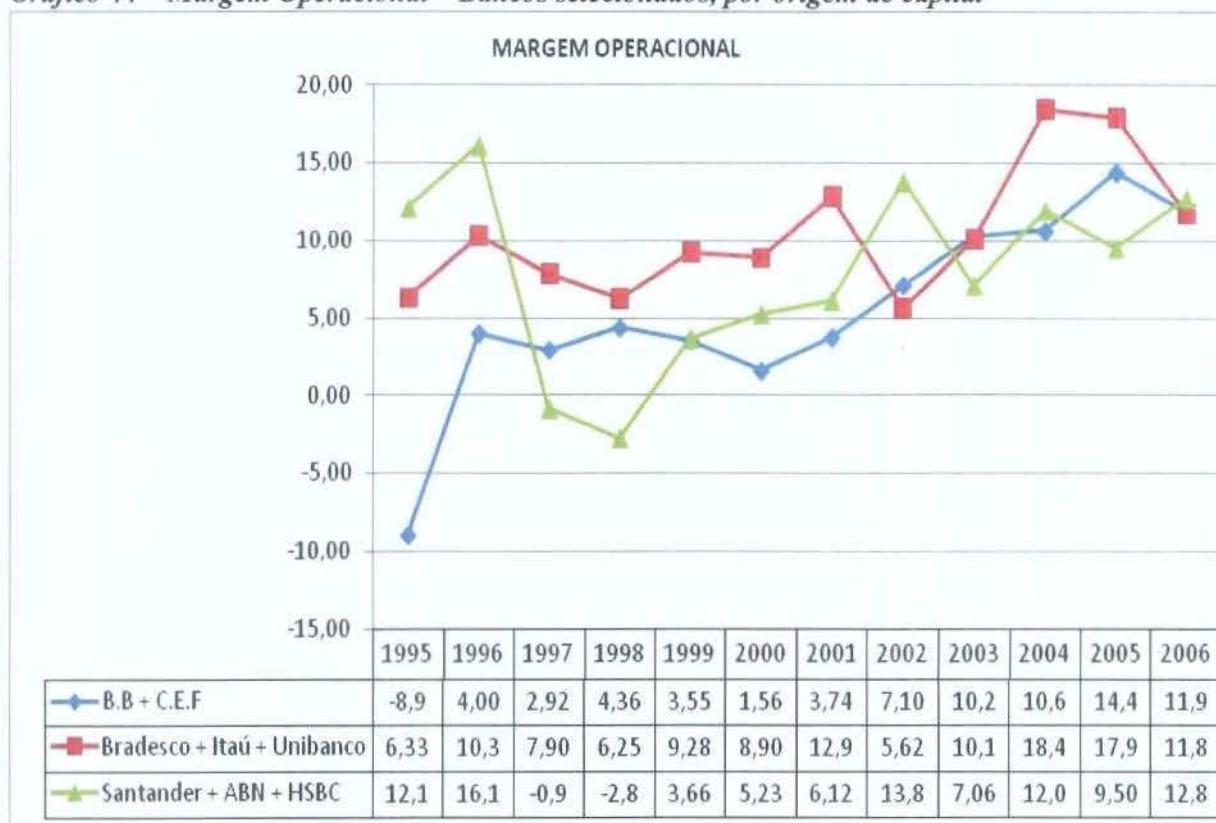
Gráfico 43 – Margem Bruta – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Margem Bruta = (Resultado Bruto da Intermediação Financeira / (RIF+ Receita de Serviços)) * 100

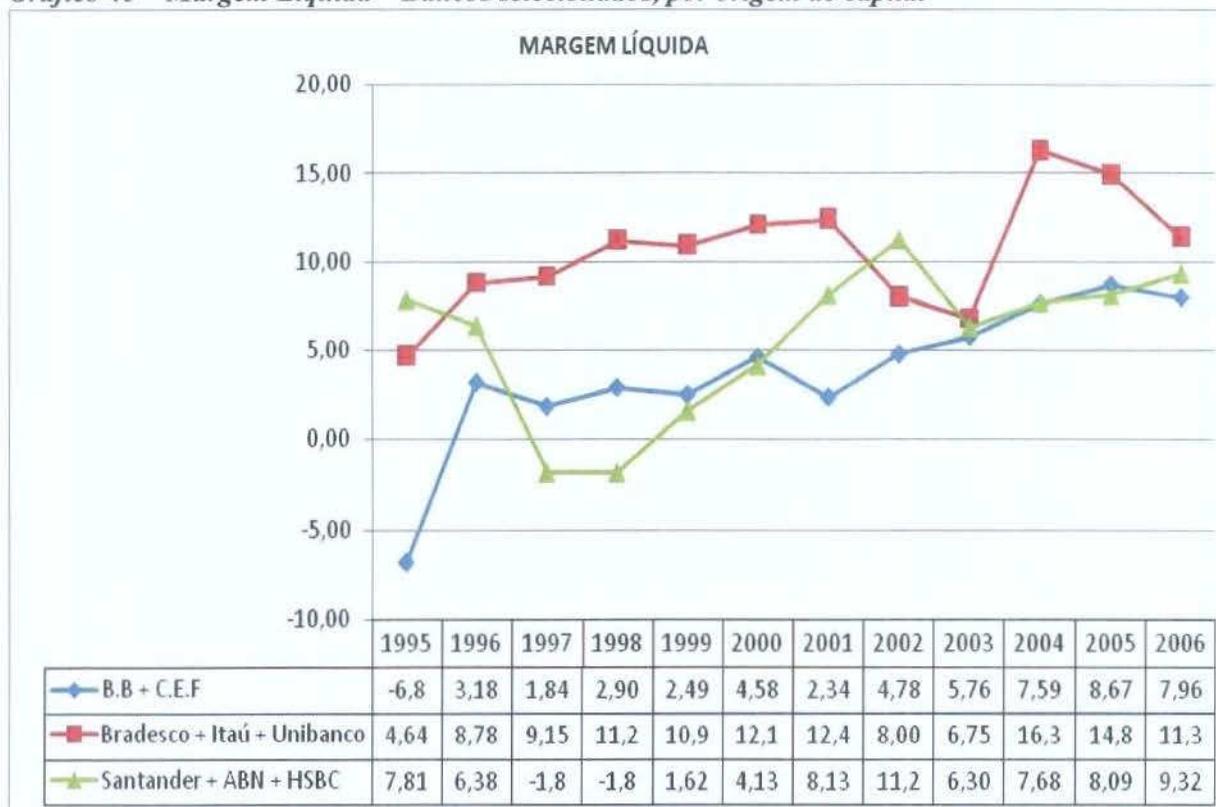
Gráfico 44 – Margem Operacional – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Margem Operacional = (Resultado Operacional / (RIF+ Receita de Serviços)) * 100

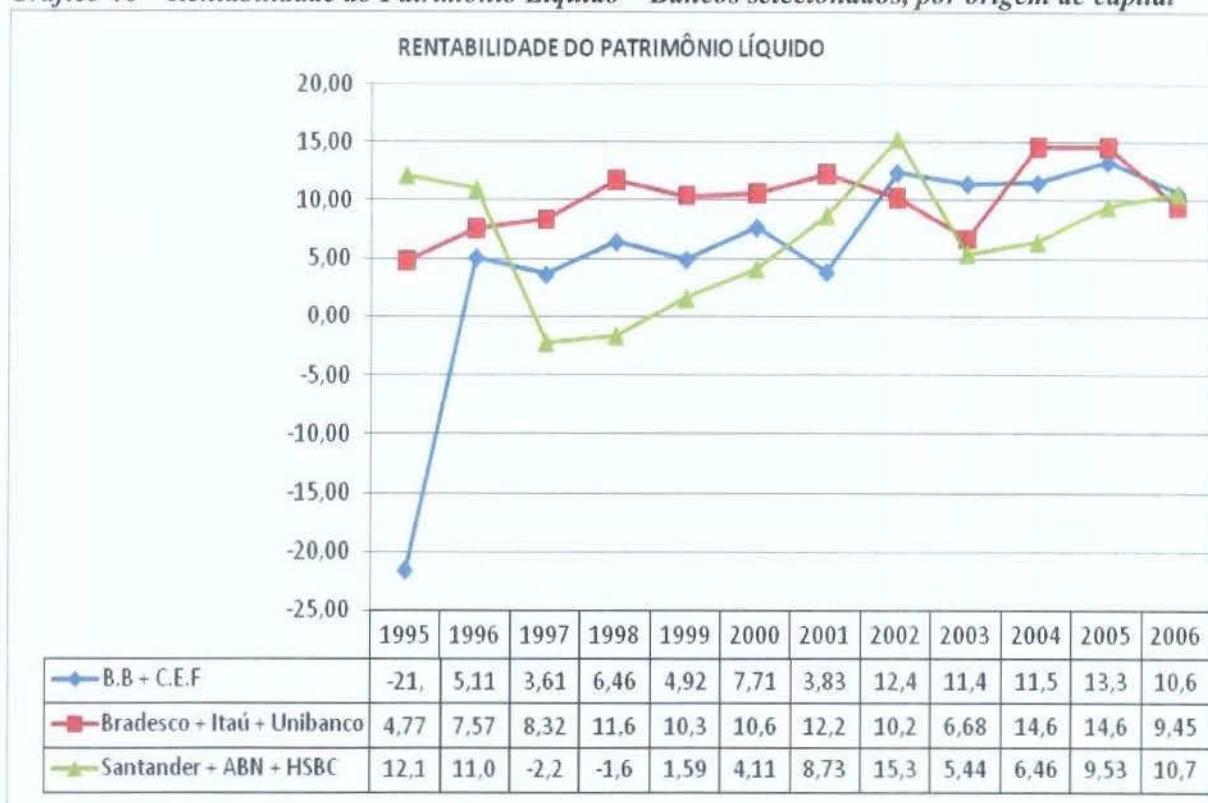
Gráfico 45 – Margem Líquida – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Margem Líquida = (Resultado Líquido / (RIF + Receita de Serviços)) * 100

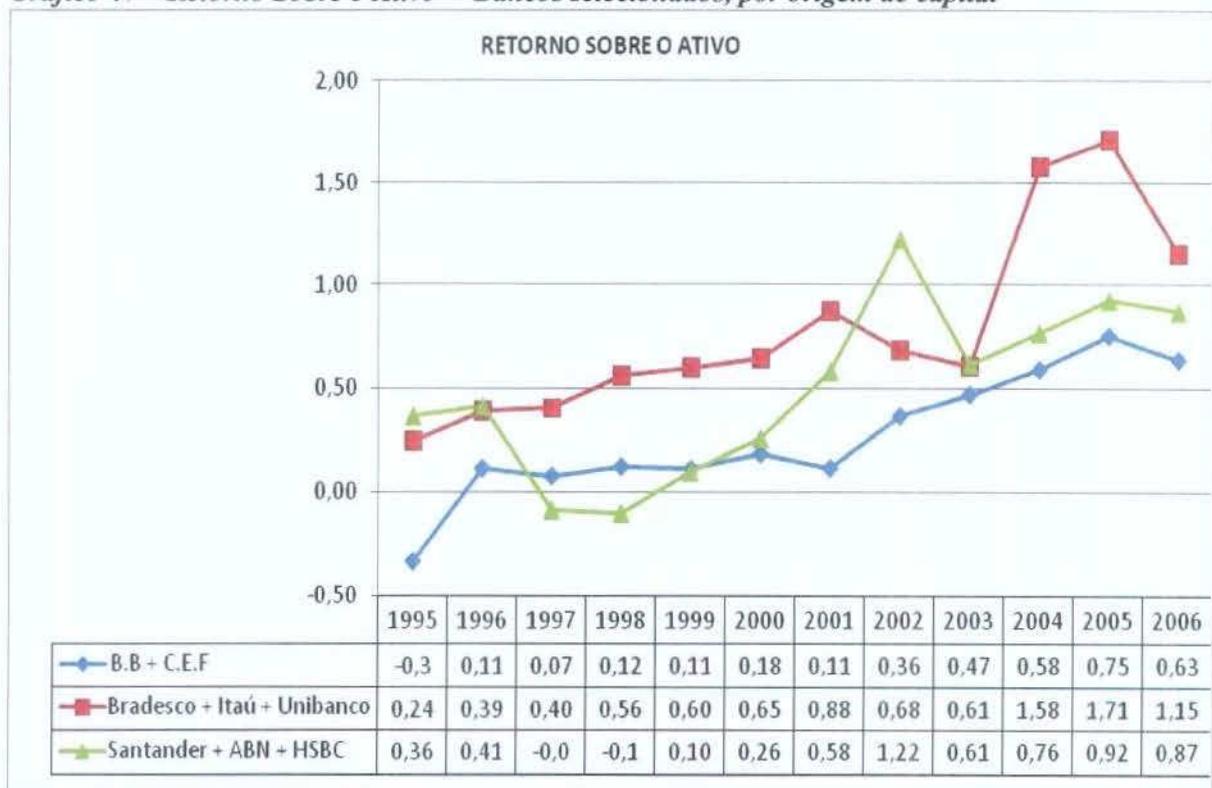
Gráfico 46 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Rentabilidade do PL = (Resultado Líquido / Patrimônio Líquido) * 100

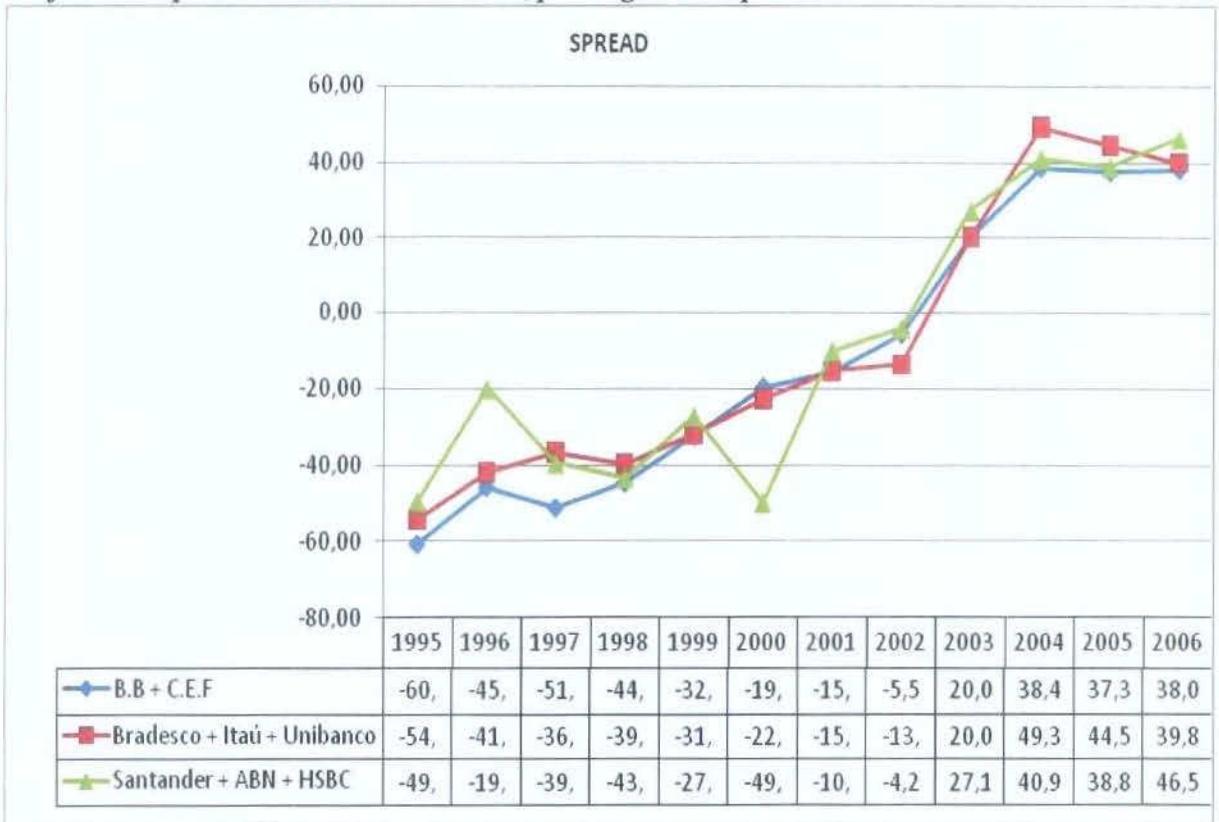
Gráfico 47 – Retorno Sobre o Ativo – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Retorno sobre Ativo = (Resultado Líquido / Ativo Total) * 100

Gráfico 48 - Spread – Bancos selecionados, por origem de capital



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central

Obs: Spread = $\left(\frac{1 + \text{Geração de Renda}}{1 + \text{Custo de Intermediação}} - 1 \right) * 100$